

**Cartas**  
de um Viajante Francês a um seu Amigo residente  
em Paris

Sobre o Carácter e estado presente de  
**Portugal**

Traduzidas da Língua Francesa na Portuguesa  
por  
Um Português assistente em Paris.

**Paris**

**1784**



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**2 0 0 1**

**Ficha Técnica:**

Cartas de um Viajante Francês

**Autora:** Cristina Alexandra Monteiro de Marinho

**Edição:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Tiragem:** 200 ex.

**Arranjo gráfico, impressão e acabamentos:** Tip. Nunes, Lda - Porto

## PREFÁCIO

### PORTUGAL DOS CÍRIOS E DAS TOURADAS

« (...) Esperámos, a tiritar no ventinho da manhã, o céu de vidro das primeiras horas de luz, o nevoeiro cor de sarja do equinócio, os frisos de espuma que haveriam de trazer-nos, de mistura com os restos de feira acabada das vagas e os guinchos de borrego da água no sifão das rochas, um adolescente loiro, de coroa na cabeça e beiços amuados, vindo de Alcácer Quibir com pulseiras de cobre trabalhado dos ciganos de Carcavelos e colares baratos de Tânger ao pescoço, (...)»

ANTÓNIO LOBO ANTUNES, *As Naus*<sup>1</sup>

O manuscrito nº 1089 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, intitulado Cartas de um Viajante Francês a um seu amigo residente em Paris sobre o carácter e estado presente de Portugal integra um conjunto de «Cópias de vários papéis avulsos» assinado por Frei Inácio de S.Carlos», constituindo um tomo 4º, e apresenta, no seu canto superior direito, a

---

<sup>1</sup> ANTUNES António Lobo, *As Naus*, Lisboa, 1988, p.247, continuando: « (...) e tudo o que pudemos observar, enquanto apertávamos os termómetros nos sovacos e cuspiamos obedientemente o nosso sangue nos tubos do hospital, foi o oceano vazio até à linha do horizonte coberta a espaços de uma crosta de vinagreiras, famílias de verancantes tardios acampados na praia, e os mestres de pesca, de calças enroladas, que olhavam sem entender o nosso bando de gaivotas em roupão, empoleiradas a tossir nos lemes e nas hélices, aguardando, ao som de uma flauta que as vísceras do mar emudeciam, os relinchos de um cavalo impossível.»

eloquente classificação de suspeito<sup>2</sup>. Uma tal censura poderá referir a autenticidade duvidosa do documento que se estabelece em correspondência epistolar para garantir certa eficácia de real situação comunicativa,

---

<sup>2</sup> O Index especifica a composição do volume: primeiro, «Cartas de um viajante francês sobre o carácter e estado presente de Portugal» p.1; segundo, «Breve de Pio 7º para o restabelecimento dos Jesuítas», p.59; terceiro, «Dissertação sobre o N.9 do Cap. 5 dos Números-Ista est Lex Zelotypia», p.61; quarto, «Estatutos dos Missionários de Mesão Frio», p.69; quinto, «Relação do motim havido no Porto em 1661 sobre o tributo do papel selado...», p.85; sexto, «Dissertação sobre mediar ou não Cainaro entre Arphaxad e Sala...», p.89; sétimo, «Do (...) sobre as Epístolas atribuídas a S. Inácio e Mártir...», p.113; oitavo, «Bulla Incrutabili\_ notícia do que sucedeu a seu respeito neste Reino», p.163; nono, «Últimos sentimentos do Arcebispo de Braga D. Fr. Caetano Brandão», p.180; décimo, «Aviso Régio ao mesmo respeito...», p.188; undécimo, «Discurso sobre a validade de um matrimónio», p.190; duodécimo, «Revolução de Carlos 4º de Espanha contra o Real e Supremo Conselho e Resposta deste.», p.200; décimo terceiro, «Sentença de um Juiz Ordinário num feito crime...», p. 207; décimo quarto, «Nota sobre a sucessão dos filhos de réus de sua Majestade...», p.208; décimo quinto, «Carta de uma fidalga a El Rei D.João5º por este a esquivar depois de a ter gozado com promessa de casar», p.247; décimo sexto, «Carta Régia a Francisco d'Almada para o recrutamento de tropa...», p. 222; décimo sétimo, «Problema do Xadrez», p.224; décimo oitavo, «Carta do Secretário de Estado ao juiz de fora da Figueira», p.234; décimo nono, «Carta bdo General Francês Berthier ao Papa e deste àquele», p.234; vigésimo, «Decreto da R.D.Maria1ª ao Visconde de Vila Nova da Cerveira», p.235; vigésimo primeiro, «Breves de Clemente 13 ao Rei D.José I e ao Marquês de Pombal e respostas destes», p.236; vigésimo segundo, «Resolução sobre a autoridade de mudar uma religiosa de um para outro convento por castigo dado pelo Superior do mesmo convento», p.248; vigésimo terceiro, «Decreto do Príncipe Regente para depor do ministério a José de Seabra», p.262; vigésimo quarto, «Carta célebre de um juiz de fora novo ao seu antecessor e resposta deste», p.263; vigésimo quinto, «Carta sobre a eloquência de Francisco de Pina», p.264; vigésimo sexto, «Discurso de Mr. Merlin ao concelho dos 500», p.272; vigésimo sétimo, «Censura feita a uma tradução de Teologia Moral do Sarrago, impressa no Porto em 1798 e resposta a ela», p.301; vigésimo oitavo, «Chagas de S.Francisco-provas delas», p.304; vigésimo nono, «Gazeta históric e política do tempo eterno, presente, pretérito, ...», p.306; trigésimo, «Dísticos postos na Era de um Morgado», p.310; trigésimo primeiro, «Bula que concede várias graças aos freiráticos», p.311; trigésimo segundo, «Fleição dos Mordomos de Baco... na sua festa», p.314; trigésimo terceiro, «Epitáfio à extinta Mesa Censória», p.323; trigésimo quarto, «D... ao Secretário da Mesa»; último, «Formulário por que o soberano apresenta ao Papa algum sujeito para benefício», p.324.



de resto em circunstâncias explicitadas, produzindo, assim, um seguro efeito de maior perversidade, num quadro tradicional de susceptibilidades nacionalistas. Imaginárias, construídas sobre a montagem de outros testemunhos pejorativos que circulavam já na Europa civilizada e arrogante, desconhecedoras em rigor de um referente querido e injustiçado, estas Cartas ameaçariam a falsa inocência patrioteira que recusa o valor documental de uma ficção menor, culturalmente desfocada, enfermando do mal da maioria dos escritos de viajantes estrangeiros sobre Portugal.

Se é fácil aceitar com Diderot que «le voyageur qui, à chaque tour de roue, jette une note sur ses tablettes, ne se doute pas qu'il écrit un mensonge» e sobretudo que «le voyageur n'échappe pas à sa culture: son récit en dit plus long sur ses propres préjugés que sur les moeurs des peuples visités»,<sup>3</sup> um denominador comum crítico sobre a realidade portuguesa, abarcando dois séculos, afigurar-se-á irrefutável, tanto mais que ele é ainda, no essencial, coincidente com o diagnóstico e a posição intelectual dos estrangeirados, no século XVIII. Obviamente os castiços, mesmo os de hoje em dia, citando o Montaigne «Des cannibales» e o Lévi-Strauss com a sua falácia de toda a narrativa de viagens, não deixarão de desvalorizar o enorme edifício delirante destes escritos, saídos de uma mesma maquinação estrangeira, partilhada por esses deslumbrados e traidores - denominados pelo nosso setecentismo de judeus - que haviam abraçado as Luzes frequentemente extravagantes para ousar provocar os nossos bons e antiquíssimos costumes<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> DIDEROY Denis, *Voyage en Hollande*, Ed. F.M/ La Découverte, 1982, p.35, onde acrescenta: « J'ai fait bien du chemin, j'ai vu beaucoup de villes; voilà ce que j'ai de commun avec Ulysse et tous les couriers. Pour les moeurs des hommes, c'est une étude dont je n'ai pas tardé de me dégoûter. Il faut un long séjour pour connaître avec un peu d'exactitude les phénomènes les plus communs»

<sup>4</sup> MONTAIGNE, Michel de, *Essais I*, Paris, PUF, 1965, p. 205: «(...) Or, je trouve, pour revenir à mon propos, qu'il n'y a rien de barbare et de sauvage en cette nation, à ce qu'on m'en a rapporte, sinon que chacun appelle barbarie ce qui n'est pas de son usage; comme de vrai il semble que nous n'avons autre mirede la verité et de la raison que l'exemple et idéé des opinions et usances du pays ou nous sommes.(...)»

Previendo já uma recepção negativa, Sívio Mondanio faz acompanhar o manuscrito de algumas reflexões fundamentalmente legitimadoras do mesmo para o distinguir, desde logo, das reputadamente antipáticas Lettres sur le Portugal écrites à l'occasion de la guerre actuelle par un Français établi à Lisbonne, avec des observations sur le Voyage du Duc de Châtelet et des détails sur les finances de ce Royaume, ao mesmo tempo que assegura nele um «bom conhecimento do país, não encobrendo os defeitos de Educação, nem as qualidades do clima, fertilidade das terras e virtudes peculiares dos Portugueses», em suma, o equilíbrio das perspectivas positiva e negativa, de que o mais civilizado dos povos não estará isento. Distancia-o igualmente das Viagens escritas pelo inglês James Murphy, nascidas de «poucos e irregulares exames do país, ou de prejuízos bebidos em fontes impuras, ou da nímia credulidade», e que provam a injustiça de que é objecto Portugal, no dizer de Sívio Mondanio, em costumes «conforme às mais nações», para logo se descair num esforçado isolamento da castidade portuguesa, depois de reconhecer a decadência semelhante à de outros povos:

«A Religião tem de mistura algum fanatismo, mas o divino, o politeísmo e o materialismo principalmente que combatem a existência do ente supremo, não infeccionam os mesmos ares, como sucede em tantas nações cultas do nosso hemisfério.»

Prossegue, alertando para o perigo das generalizações de defeitos particulares, informações precipitadas ou testemunhos de curtíssimas estadas, contrariado pela seriedade destas Cartas «que têm corrido pelas mãos de curiosos». Deste modo, a sua intenção morigeradora, reforçada pela citação de Erasmo em epígrafe, projecta-se igualmente no equilíbrio da formulação encontrada pelo tradutor: as cartas serão o espelho fiel que assinala manchas na beleza intrínseca de Portugal. A transparência da

escrita e toda uma retórica de apagamento da subjectividade visam a autoridade de um olhar competente, «bem conhecido pelos seus distintos talentos», como pela elegância das suas obras, afastando qualquer possibilidade de ataque grosseiro, até numa insistente definição do tom, que seduziram o tradutor, como deverão captar o leitor, persuadido da capacidade fotográfica, «clareza, ingenuidade e conhecimentos» assim cuidadosamente construídos nas Cartas. Num sentido diferente, mas ilustrando por excelência a representação de uma objectividade, produto da ciência naturalista do século XVIII, Heinrich Friedrich Link, acompanhante do conde de Hoffmannseg, numa sua visita de estudo ao nosso país entre 1797 e 1799, há-de deliciar os que preferem uma imagem nacional *en rose*, à custa «não apenas de um apagamento do sujeito», conforme nota Fernando Clara, «mas também, e aparentemente como consequência, um outro apagamento de certas zonas do objecto»<sup>5</sup>. Este tradutor do original alemão da obra de Link combaterá, ainda, o carácter excessivamente interpretativo da sua versão francesa para oferecer uma leitura privilegiada das «zonas de silêncio», mais expressivas no quadro de saturação das estratégias argumentativas e discursivas.

Aliás, a malícia das traduções de Literatura de Viagens, também ela protegida por essa retórica da candura límpida, tem vindo a ser problematizada no actual esforço de reavaliação desta escrita, ao ponto de se considerar que elas deviam ser essencialmente corrigidas, como refere, por exemplo, Maria Laura Bettencourt Pires, a propósito da obra beckfordiana que desde há muito, pede uma tradução revista na íntegra, capaz de ultrapassar as falhas da reedição de 1983, reprodutora das incorrecções da versão publicada cerca de trinta anos antes e a visão preconceituosa, na sua

---

<sup>5</sup> CLARA, Fernando, «A construção de um país: Heinrich Friedrich Link e Portugal, um caso de literatura de viagens», *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, s.2, 8(1) 1993, pp.23-39. Na última página deste artigo arguto, lê-se: «O Portugal de Link e os portugueses dele são isso mesmo, tal qual como ele diz: dele. (...)».

expressão, de Boyd Alexander e de João Gaspar Simões.<sup>6</sup> D. Maria Amélia Vaz de Carvalho, ainda que doure romanticamente a pílula de certa decadência setecentista, terá o mérito de destacar o empenhamento sério de William Beckford em conhecer o país, do mesmo modo que André Parreaux lhe há-de conceder o privilégio de reconhecer que explorou com inteligência e sensibilidade, durante três visitas a Portugal, o nosso meio, rico de interesses para um anti-puritano de «voltairianisme persistant»<sup>7</sup>.

Com efeito, a relativização contemporânea do valor documental destas obras, por parte de Castelo Branco Chaves, autor de Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia, que realça a «superficialidade ou propósito denegridor» dos forasteiros vendo aqui o argueiro «sem repararem ou fingindo desconhecer a tranca que existia alhures», trai-se na assunção de que «na essência não variam»; a mesma visão «incorrecta, insuficiente, deturpada, malevolente», no mesmo obstinado «combate ao clericalismo e ao poder absoluto dos monarcas peninsulares», convergem, afinal, na coincidência necessária de alguma verdade

---

<sup>6</sup> PIRES, Maria Laura Bettencourt, William Beckford e Portugal. Uma visão diferente do Homem e do Escritor, Lisboa, edições 70, 1987. Na página 252, considera que «parece haver da parte dos autores da tradução uma tendência para apresentar Beckford de forma preconceituosa», e que a introdução da edição de 1954 «apresentava o seu autor de forma ainda mais negativa do que o próprio texto», manifestando também a «profunda indignação que qualquer beckfordiano sente ao verificar que, não havendo em Portugal traduções modernas de Italy, nem de Recollections, que nunca foram vertidas na íntegra para português, tenha sido reeditada em 1983 a mesma versão recheada de incorrecções que tinha sido publicada trinta anos antes.»

<sup>7</sup> CARVALHO, Maria Amélia Vaz de, Em Portugal e no Estrangeiro. Ensaios Críticos, Lisboa, 1899, «Portugal visto pelos estrangeiros», p.121: « (...) Esse entrou no nosso espírito peninsular; penetrou-se dos nossos gostos; saturou-se das nossas impressões; respirou o incenso dos nossos altares; comeu o doce dos nossos conventos, deliciou-se com a fruta saborosa dos nossos pomares; viveu da nossa vida indolente e sonhadora, passada ao sol das touradas, ou na sombra tépida das cerimónias culturais; foi o peninsular meio poeta que era preciso ser para nos julgar; (...).

PARREAUX, André, Beckford et le Portugal, Lisboa, Bertrand, 1958, pp.28 e 51.

e o mais perturbante dela não será tanto a dos ciumentos maridos nacionais que vigiam a bela mulher portuguesa, a das más estradas e hospedarias imundas, a de uma aristocracia abúlica e militares indisciplinados<sup>8</sup>. A verdade unificadora dessas obras é a sua provocação maior, dissimula-se vigilante, castradora e poderosa sob os palcos tristes do reinado de D.Maria - com rapazinhos, desempenhando papéis femininos, quando não pesados homens barbudos, na pele da mais volátil das princesas - nas garras, ainda que paradoxais, do governo pombalino, constitui-se na própria energia explosiva das Cartas do Barbadinho, na dolência das Notícias Literárias de Portugal. Contrariando já esta linha, a «Introdução» à Lisboa Setecentista vista por estrangeiros<sup>9</sup> promove os relatos de viagens a «um género maior da literatura setecentista», desenvolvido por burgueses, pequenos e grandes aristocratas respondendo a uma exigência gradual de cosmopolitismo na sua educação, mesmo excluindo. Portugal, destino mais exótico, do tradicional *Grand Tour*. Contudo, não abandona a boa prudência quanto a «erros e injustiças resultantes» de um preconceito anti-peninsular expresso por viajantes em estudo, passeio, missão duvidosa, mais ou menos cultos, sobretudo suficientemente educados para sentirem muito da nossa realidade social e artística apesar de tudo pouco estimulante.

Importará necessariamente distinguir o olhar de um sueco, de um italiano ou de um francês do século XVIII, já que os seus países apresentam, ao tempo, diversos graus de civilização, determinantes do maior ou menor contraste com a experiência portuguesa e isto independentemente de uma básica superioridade do visitante que transporta o orgulho de um

---

<sup>8</sup> CHAVES, Castelo Branco, Os livros de viagens em Portugal no Século XVIII e a sua projecção europeia, Lisboa, ICALP, Biblioteca Breve, 1987, pp.42-43.

<sup>9</sup> SANTOS, Piedade Brag; RODRIGUES, Teresa; RODRIGUES, Teresa; NOGUEIRA, Margarida Sá, Lisboa Setecentista vista por estrangeiros, Lisboa, Livros Horizonte, Coleção Cidade de Lisboa, 1992, 2ª ed., 1996, pp.9-13.

reino de reputação esplendorosa (mais activa na cegueira dos menos elevados); Ruders, vindo que era de uma Suécia de ambiente cultural modesto, encanta-se mais e condescende mais facilmente, pintando o simpático quadro crítico de um Portugal em franca evolução<sup>10</sup>; Beckford, cujo olhar se havia já deliciado com as obras de arte dos melhores museus da Europa, e não excluindo a depressão pela morte da sua jovem esposa, marginalizado pela colónia inglesa que suspeitava de uma sexualidade ambígua, regista essencialmente um espanto indignado perante o apartamento dos sexos, o tartufismo teatral nas igrejas portuguesas, uma sociabilidade deficiente também ao nível das artes... Não será de negligenciar a nota de Isabel Oliveira Martins, em William Morgan Kinsey. Uma Ilustração de Portugal, sobre a viragem que se dá nos anos 80 do século XVIII «com o advento de um tipo de viajante que começa a escrever como quer, sem obedecer a convenções»<sup>11</sup>, insistindo na primazia da informação sobre a expansão da subjectividade. E a este título, usufruindo desta mutação, o manuscrito que nos ocupa ganharia consistência contra toda uma herança duvidosa de *travel liars* e palimpsestos contaminados, ao mesmo tempo que não poderia deixar de legitimar, neste plano, uma das obras mais odiadas desta tradição, a saber, Sketches of Society and Manners in Portugal in a Series of Letters de Arthur William Costigan, que se esconde atrás de um pseudónimo herético, depravado e muito inteligente, não por acaso companheiro de armas de José Anastácio da Cunha, na praça de Infantaria de Valença do Minho, centro privilegiado de debate intelectual progressivo.

---

<sup>10</sup> AFONSO, Maria João da Rocha, « O teatro português setecentista visto por Carl I. Ruders», in Revista da Biblioteca Nacional, S.2, 9 (1), Jan. / Jun. 1994, p.36. Também esta autora projecta a correcção na leitura deste autor, possível com a futura edição de todas as cartas, desta feita sem cortes, interessante por oferecer um equilíbrio de pontos de vista que «contrapõe».

<sup>11</sup> MARTINS, Isabel Oliveira, William Morgan Kinsey. Uma Ilustração de Portugal. Lisboa, edições 70, 1994, pp.21-22.

Com efeito, dele se disse que «este homem, para exalar o veneno que lhe roía o coração contra o governo e a nação portuguesa, dos quais se considerava ofendido, serviu-se de um nome suposto para merecer mais crença e soltar livremente as rédeas à sua maledicência»<sup>12</sup>. Conforme esclarece Maria Zulmira Bandarra de Sousa, que identifica Costigan com James Ferrier, maçã e comandante do Regimento de Artilharia do Porto, este militar «era um filho da Europa do progresso e, como tal, não podia deixar de se revoltar contra a situação de completo atraso, estagnação e miséria em que Portugal se encontrava mergulhado, sentimento que os próprios estrangeirados portugueses partilhavam»<sup>13</sup>. Na mesma linha, Augusto Reis Machado desfaz o preconceito que anatemizou esta obra, é certo com limitações, para a inscrever no sensível e valioso universo de Herculano, Antero, Oliveira Martins e Eça de Queirós, para já não falar da solidariedade estrangeirada de Setecentos, que visa lançar directrizes para um país novo, dotado «de uma maior consciência dos defeitos nacionais e o conhecimento dos próprios defeitos como base primeira para uma radical transformação»<sup>14</sup>. Não será, de resto, difícil de imaginar a repugnância que o Portugal mariano terá suscitado ao culto militar inglês, trazido pelo Conde de Lippe para leccionar artilharia, aquando do interrogatório feito pela Inquisição de Coimbra, a propósito da condenação do distinto matemático, José Anastácio, por ler criminosamente Rousseau, Voltaire, Hobbes, fazer um funeral católico a um cão, conviver algo

---

<sup>12</sup> BRANCO, Manuel Bernardes, Portugal e os Estrangeiros, pp.284-285.

<sup>13</sup> SOUSA, Maria Zulmira Bandarra de, «O Relato de Viagem de Costigan sobre Portugal», in Revista de Estudos Anglo-Portugueses, Lisboa, INIC, Centro de Estudos Comparados de Línguas e Literaturas Modernas, 1992, número 2, p.99. Esta obra, após a sua publicação, «passou a constituir uma leitura quase obrigatória para todos aqueles que tencionavam rumar ao nosso país».

<sup>14</sup> MACHADO, Augusto Reis, «Prefácio» a Costigan, Arthur William, Cartas sobre a Sociedade e os Costumes de Portugal 1778-1779, Lisboa, Lisóptima Edições, 1989, vol.1, p.23.

indecorosamente com umas quaisquer Margaridas, na companhia de trinta e seis oficiais estrangeiros da mesma praça, autêntico «foco de pestilência mental», a exacta matéria que iluminava a Europa, mas que aqui atirava com a fina flor da inteligência para o silêncio. Afiguram-se, assim, aceitáveis «os defeitos dominantes: a ausência de uma forte preocupação moral, uma sensualidade avassaladora, uma graça torpe e soez, uma linguagem desregrada, uma enorme falta de cultura, práticas supersticiosas em vez de verdadeiro sentimento religioso, um acentuado relaxamento de costumes, uma excessiva indulgência perante os próprios defeitos e os defeitos das pessoas amigas»<sup>15</sup>, espelho talvez não exagerado de um país ainda dado a Autos de fé, moribundos e por isso mesmo mais patéticos. O próprio José Anastácio da Cunha lamenta o «sono letárgico em que nos consumimos» desde o século XVI, derramada a Literatura de Camões em «bagatelas literárias», sem grandes pintores, um único estatuário, um único arquitecto, «a partir de então, mais não temos feito que estagnar na ignorância e suscitar o desprezo dos estrangeiros»<sup>16</sup>

Accitando a evidência de alguns argumentos de Coimbra Martins que apontam em Notícias Literárias de Portugal «uma visão do país superficial, e um juízo sumário sobre a cultura (ou incultura) portuguesa», a integrar

---

<sup>15</sup> Idem, ibidem, pp.15-25.

Para se poder avaliar a imagem que James Ferrier podia ter levado de Portugal e da sua Inquisição, afigurar-se-ia fundamental a consulta de João Pedro FERRO, O Processo de José Anastácio da Cunha, Lisboa, Palas Editores, 1987, nomeadamente a p.254:

« (...) E pareceu a todos os votos que o réu pela prova da Justiça e suas confissões estava legitimamente convicto no crime de heresia, apostasia, por se persuadir dos erros do deísmo, tolerantismo e indiferentismo, tendo para si e crendo que se salvaria na observância da lei natural, como a sua razão e a sua consciência lha ditassem sem a sujeitar a algumas leis ou preceitos e sem a regular pelos dogmas da religião revelada em que não acreditava. (...)»

<sup>16</sup> CUNHA, José Anastácio da, Notícias Literárias de Portugal 1780, Lisboa, Seara Nova, 1971, passim.



na imensa «diatribe corrente dos estrangeirados», afigura-se-nos, apesar de tudo, sensível a aparente desordem de um texto chorado, de resto no rigor do que é dito, e lúcida a posição mais de dolência do que verdadeiramente de militância sobre muita vacuidade portuguesa<sup>17</sup>. De resto, a desorganização ( o trabalho literário desse efeito, bem entendido) textual constitui expressão eloquente na pena do geómetra, mestre das proporções ( e das já não pouco desproporcionadas volúpias da sua Poesia) e inegável pêndulo de uma justa denúncia, em mais de um momento:

«(...) Quanto aos nossos pseudopatriotas, que tão bem lograram embriagar-nos de orgulho com as suas traidoras hossanas e, ao esconderem-nos assim os nossos defeitos, os perpetuam e os tornam, enfim, irremediáveis, estando sempre prontos a tocar a rebate (...).

(...) Verá que sou muito mais inclinado a louvar que a vituperar e que, se não sou assaz traidor e assaz cobarde para erigir em virtudes os vícios do meu país, também não sou tão desnaturado que os lembre todos e que lhe trace dele um quadro demasiado injurioso e desesperador: só me refiro aos que, fiel ao que me pedistes e ao próprio interesse da Pátria, se me afiguraram pertinentes: (...)»<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Idem, *ibidem*, p.71: « (...) são as lágrimas vertidas pelos meus olhos, lágrimas que o amor do género humano e das tuas virtudes me obrigam a derramar.(...). Esta emotividade, geradora deste texto «desordenado», exprime-se igualmente quando o matemático fala de Camões e do abandono a que a pátria o votou, como está patente nas páginas 43, 45. Ainda, neste plano, a obra termina com uma confissão de amor pela pátria e com a inequívoca conclusão:

« (...) Pobre de mim! Scythia quid tristius ora? Huc tamen ex Roma barbarus ipse fugit.»

MARTINS, António Coimbra, «O estrangeirado de Valença», in Anastácio da Cunha 1744/ 1787 o matemático e o poeta, Actas do colóqui internacional seguidas de uma antologia de textos, Lisboa, Imprensa Nacional, Estudos Gerais Série Universitária, 1987, pp.172-173.

Mas, José Anastácio da Cunha previa perfeitamente, com os talentos infelizes de Portugal, \_ «que talento houve já feliz em Portugal,?»», clamará Almeida Garrett <sup>19</sup> \_ a resistência ( ainda hoje?) castiça e bafienta dos que persistem na «cegueira», segundo o autor, de não reconhecer a nação do motor deste texto, o de uma memória «perturbada e quase aniquilada por longos e continuados sofrimentos», consciente de que só poderá dirigir-se «ao cidadão sincero e instruído» e não precisamente àqueles «cujos curtos voos dependem sempre de alguma opinião favorita, de alguma paixão, de algum interesse particular e que se mostram sempre dispostos a rejeitar tudo o mais com desprezo»<sup>20</sup>.

Não por acaso o distinto matemático escolhe chorar Portugal na língua de Voltaire, exílio e prudência por parte de quem temia ser julgado novamente, consciente que estava do desfasamento cultural entre este Reino da Estupidês e a civilização do autor de Candide ou desse odiado James Ferrrier. Depois dos lúgubres interrogatórios nos cárceres da Sofia, em Coimbra, é remetido para a Inquisição de Lisboa, sujeito a Auto público de Fé com hábito penitencial, onde abjurou as suas heresias, de vela de cera amarela na mão, tendo incorrido em excomunhão maior, conhecerá a reclusão, ainda que benigna, na Congregação do Oratório, conseguindo

---

<sup>19</sup> CUNHA, José Anastácio da, op. cit., pp.75,79. Nesta página final, continua:

« (...) Sim, mesmo naquilo que um falso patriota quiereria fazer passar por invectivas contra a Pátria verá o verdadeiro cidadão que apenas a lamento e reconhecerá, talvez com algum espanto, que a amo.(...)»

Enas páginas 73, 74, onde nota:

« (...)

O quadro que tenho estado a esboçar apresenta, sem dúvida, muitas imperfeições: já lá vai o tempo em que teria podido torná-lo menos indigno da vossa atenção. Não obstante, atrevo-me a garantir-vos que é fiel e verdadeiro; ouso garantir-vos que é mais completo e mais exacto do que seria no caso de prodigalizar mais pormenores.

Atrevo-me a supor que me não desprovará quem quer que tenha lido os nossos autores com menos cegueira do que é costume fazê-lo. (...) »

<sup>20</sup> GARRETT, Almeida, Obras Completas, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 19 04, p. 237.

anular o degredo em Évora, apesar de destituído definitivamente das suas funções de docente universitário e de oficial.

Documento sobejamente conhecido dos investigadores, as Cartas de um Viajante Francês consta do recente estudo de Fernando Augusto Machado sobre Rousseau em Portugal<sup>21</sup> que se interroga quanto “à possível tolerância ou feição autocrítica (com intuito correctivo) dos frades que incluíam tal manuscrito na Livraria do Real Convento de S.Francisco” no

---

<sup>20</sup> CUNHA, José Anastácio da, *ibidem*, pp.73-75. Temos citado a obra na acertada versão do Professor Joel Serrão que publicou o manuscrito em primeira mão. Na sua «Introdução», Joel Serrão, em 1965, sublinha o «lídimo patriotismo» que ressuma destas páginas, notando que elas concernem a «todos quantos, entre nós, entendem não haver incompatibilidade alguma entre o amor da Pátria e o amor da verdade, pendendo a crer que só no lúcido equacionamento dos problemas nacionais se inicia a solução idónea deles», numa clara alusão à política portuguesa da época em que ele próprio escreve e para concluir lucidamente:

« (...)

Ora, se porventura assim é, ressalta com bastante clareza a necessidade de estu objectivamente frustrações como as de José Anastácio da Cunha, que não foram tecidas só no plano pessoal, pois que assumiram significado nacional.

(...)

É, antes, para que possamos decidir, em plena consciência, que o opróbio se não repita, decidindo alterar as condições que historicamente o permitiram.»

E repetia-se.

<sup>21</sup> MACHADO, Fernando Augusto, Rousseau em Portugal, Porto, Campo das Letras, 2000, p. 284: « (...) Tal título faz lembrar as *Letres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce Royaume*, mas têm pouco de comum entre si as duas obras. Vai mais de encontro ao quadro traçado por Dumouriez em *Etat présent du Royaume de Portugal* (...).»

Imprescindível para o estudo do nosso Setecentismo, esta tese dá conta de umas argúcia fundamental para a perseguição da tal implicitude, a«discrição da implicitude» na expressão do próprio autor, com que se exprime a essencial presença rousseauiana, em Portugal. Sem essa inteligência, esta leitura não existiria. É de registar igualmente a sua conclusão central para o estudo da Literatura Portuguesa de que Almeida Garrett é «além de fervoroso o mais integral e eminente dos discípulos de Rousseau no nosso país, mesmo com diversos posicionamentos críticos», vide p.585.

Porto, rico na perspectiva de panorâmica geral com que caracteriza as vicissitudes nacionais que subjazem ao destino do malfadado geômetra. Quem o escreve assegura, à partida, o rigor no tempo e nas diligências que investiu nesta caracterização, para não falar da «imparcialidade, brevidade e clareza» com que se propõe pintar um quadro fiel de um país «belo» e «digno de ser conhecido», de acordo com a sua memória, mas previne, sugerindo um horizonte de negatividade, ao mesmo tempo que propõe ao destinatário francês que as esconda dos portugueses a fim de evitar «a raiva de uma nação»:

« Preparai-vos, pois para ouvirdes verdades.»

Quanto à geografia e às produções do país, matéria primeira e de nenhuma polémica, o autor é breve, já que, conforme salienta, a simples consulta de um atlas conhecido satisfaz uma básica curiosidade; Portugal tem uma posição privilegiada, no seu diálogo com o mar, e tem vinhos capazes de superar os melhores, os rios proporcionam-lhe notável fertilidade, são fantásticas as suas laranjas, abundante a caça, numerosos as lampreias e salmões... Rica em tudo o que é precioso para a vida, temperada no clima, abençoada, então, por Deus, esta nação famosa na Europa, como salientará, pela grandiosa empresa dos Descobrimentos, é habitada por gentes mais duras no trabalho e mais sóbrias do que os vizinhos castelhanos. E em tema tão subjectivo, o autor legitima o seu juízo não só com as suas observações, mas também com o conhecimento de Franceses cultos que vivem na Corte, para enfatizar a brava resistência portuguesa contra Castela, mesmo depois de quase morrer com D. Sebastião, em África, a mesma com que hão-de vencer mares e rasgar novos mundos.

Contudo, o plebeu é facilmente brutal, vingativa a natureza do Português que se manifestava, ainda durante o reinado de D. João V, em duelos e mortes fáceis, presunçosa toda a sua população, mesmo a mais polida, como a castelhana não sabe ser, exprimindo, deste modo, uma limitação importante na capacidade de conhecer o outro e de aprender, o que *ab initio* justifica a impossibilidade de aceitar as Cartas de um Viajante

Francês... Só esta presunção impede de lucidamente acolher a perspicácia e imparcialidade do estrangeiro, tão mal visto em Portugal, orgulhoso ( e que não inclui a sua inteligência), insistindo em recusar a universalidade das Luzes, princípio unificador dos povos pensantes. Aqui o viajante, nota ainda, é ateu, falso, inventor da sua ascendência aristocrática, ignorante, num princípio ridículo só explicável pela ignorância da sua plebe e por toda uma tradição panegírica da pátria que superlativiza os portugueses. O olhar francês reconhece uma protecção excessiva do sexo feminino<sup>22</sup> que experimenta, entre nós, «um duro cariveiro», limitador da sociabilidade na Corte, aspecto que resultará naturalmente da comparação cultural com a experiência francesa, em que o contraste é inegável. Sublinha igualmente a honradez portuguesa na fidelidade ao monarca e nos negócios, sendo os portugueses pouco dados à inventividade artística e científica, porém bons imitadores e espontâneos no discurso. Subtraindo a estes defeitos, no fundo, os estrangeirados, dissolve tal cegueira numa disseminação das qualidades europeias que convergem no Homem iluminado, livre de uma tacanha identidade:

« (...) Porém repito, aqueles Portugueses que pela continuação dos seus estudos, ou viagens, se têm elevado acima das preocupações da sua pátria são uns estimáveis sujeitos. Destes tratei muitos em que achei a polícia francesa, o engenho italiano, a honra inglesa e todas as mais virtudes que condecoram os vários povos da terra. (...)»

---

<sup>22</sup> A este propósito, afigura-se curiosa a recente obra de Ana Vicente, As Mulheres Portuguesas Vistas por Viajantes Estrangeiros (Séculos XVIII, XIX e XX), Lisboa, gótica, 2001 em cujos «Excertos de livros de viagens do século XVIII» só se confirma esta perspectiva do viajante francês. Na página 49, acrescenta: «É assim que a mulher é objecto de desejo por parte dos viajantes e quase sempre esse desejo não pode ser concretizado. A sexualidade é um dos interessantes dominantes dos viajantes estrangeiros. (...)». Na página regista: «Trata-se do encerramento em que as mesmas são mantidas e que é anotado com ênfase e persistência. Tal deverá, pois, contrastar com os costumes nos seus próprios países.»

Interessante, no dizer do próprio Francês, é a nossa matéria religiosa, porquanto merece a atenção de uma carta independente, tal é a censura nacional sobre a integridade absoluta da fé e prática católicas romanas, expressa famosamente no Tribunal da Inquisição, mais brando do que outrora. Com efeito, segundo o viajante, a única mancha no catolicismo, em Portugal, terá sido a heresia do sigilismo, durante o reinado de D. João V<sup>23</sup>, sobrevivente ainda em finais do século XVIII, a acrescentar ao sublinhado tartufismo – um século depois de Molière ter denunciado a irrepreensível ginástica de Tartuffe na catedral de Notre Dame... – de muitos frades especialmente ignorantes. No entanto, este elogio será só aparente, pois que permite a introdução do maior vício dessa virtude, a tal «pureza de religião» degenerada em fanatismo, preocupante na hierarquia eclesiástica e essencialmente deformante do próprio credo ao permitir o seu florescimento em superstição, um século depois de Dom Juam ter escandalizado a França com as suas invectivas racionalistas contra a fé saloia de Sganarelle:

« Não há parte alguma do mundo onde as visões, revelações, milagres e predições do futuro sejam mais facilmente cridas, nem mais cegamente respeitadas. (...) »

Mesmo tendo o Marquês de Pombal reprimido a atribuição do terramoto de 1755 por parte do Padre Malagrida aos pecados da corte e à devassidão do monarca, avançando explicações naturais para o fenómeno, Portugal dá-se ao pseudo-milagre e aos «imaginados extases» das beatas, às febres possessas de meninas infelizes que os médicos nacionais, desastrosos como os de Molière, não conseguem tratar, tão só interpretar, sendo frequentemente substituídos por bruxas.

---

<sup>23</sup> Ver o artigo de Cândido dos Santos sobre «António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2ª metade do século XVIII», in *Revista da História das Ideias. O Marquês de Pombal e o seu Tempo*, Coimbra, 1982, pp.167-203, t. I.

Porém, ameniza o viajante, esta confusão perigosa foi já viva na França seiscentista, ainda que nem por isso deixe de concluir bem sugestivamente que a religião sempre e em todo o lado propiciou a falsidade, na directa proporção da ignorância popular, o que explicará a incidência maior desse defeito, entre nós. Ao procurar distinguir-se a religião dos seus ministros, a primeira, dádiva de Deus, os segundos, negros pecadores, está explicada a responsabilidade das guerras religiosas, frutos da ignorância, palavra incessantemente repetida para caracterizar Portugal, até no essencial da sua matriz devocional, tomando neste plano a qualificação hiperbólica de «monstruosa», em paradoxo desenvolvido entre os representantes das Luzes divinas, afinal garantes das trevas, isto é, repressores da diversidade, para não falar da heterodoxia.

Aliás, precisa-se as causas da ausência mais elementar de instrução nos clérigos, imputada ao desmazelo português na educação da mocidade, negligência dos bispos e da hierarquia e ao princípio geral de que um bom protector e seu medíocre protegido reinam num Portugal que persegue e odeia, na expressividade das próprias Cartas, o pensamento ilustrado. Assim, a falsa devoção é ensinada na «prática minuciosa dos mais inúteis exteriores», mais grave, na obediência extrema, «sujeição», dirá mesmo, que anatemiza os que pelo estudo interrogam e são apelidados de ateus, numa eliminação de matizes que reduz, por exemplo, os meramente não católicos ao insulto, quando os padres se entregam não raras vezes ao bárbaro deboche e à ganância das esmolas. Com algumas excepções brilhantes no clero regular, como convirá, que aprofunda o gosto das ciências<sup>24</sup> e é até capaz de apontar ao viajante francês os defeitos da sua Igreja e do seu país,

---

<sup>24</sup>Referência obrigatória continua a ser a vasta obra de Rómulo de Carvalho, *Actividades Científicas em Portugal no Século XVIII*, Universidade de Évora, 1996, onde se reflecte sobre a Academia das Ciências e sobre nomes relevantes das Ciências, como Bento de Moura Portugal ou João Jacinto de Magalhães, numa notável iniciativa de constituição, finalmente, de uma História das Ciências em Portugal.

as andorinhas, “quais divinos insectos”, sepultam-se numa Primavera de parasitismo e de degradação com que vão arruinando moral e financeiramente as famílias em que penetram, tendo, no entanto, diminuído a sua prepotência com a autêntica caça às bruxas dirigida pelo Marquês de Pombal e seu irmão, aqui entendidos como heróis das Luzes e depuradores da nação, sem paradoxo.

Também ao considerar a língua portuguesa e o seu valor pouco explorado, dá conta de uma lacuna literária, em comparação com o exemplo inglês e alemão, quando usufrui de uma nobre proximidade com o Latim, ainda que com diversas influências posteriores, nomeadamente a francesa. Citando Rodrigues Lobo para conciliar certa virilidade da nossa língua com uma sua brandura, livre da aspereza castelhana, adianta a possibilidade de se aprofundar uma filosofia da língua, insistindo no vazio de criações elevadas, de algum modo preenchido por uma especial plasticidade do idioma em matéria de traduções, abundantes e correctas, como nota. Adianta, ainda, que a supremacia do Francês em Portugal, no século XVIII, abafa o estudo e conhecimento da língua nacional que enfaticamente elogia, registando o seu desgosto por uma «língua lusitano-francesa», um «jargon», ou «Francês agasconado», reflexo orgulhoso de uma França reinante «sobre todos os povos do Universo». Na Historiografia, Portugal oferece nomes ilustres, dirá, como João de Barros, Jacinto Freire de Andrade, Manuel de Faria e Sousa, entre outros, mas é na Poesia que se destaca, não só com Camões, mas igualmente com Diogo Bernardes, António Ferreira, não esquecendo o nosso Bernardino Ribeiro e Francisco Rodrigues Lobo que é insuperável no pastoril. O relevo dado pelo Viajante Francês a Pedro António Correia Garção, árcade há pouco falecido, redimensiona perfeitamente este notável poeta frequentemente secundarizado, mas, em contrapartida, reduz a nada a importância nacional na Matemática, Medicina, Filosofia e Humanidades, fazendo dos advogados meros praxistas, sublinhando alguma destreza em António Vieira para a oratória e conseguindo destacar, entre



os vivos, Frei Manuel do Cenáculo<sup>25</sup>, quase «sobrenatural», dirá, na erudição, e o Padre António Pereira de Figueiredo, finíssimo na tradução da Bíblia.

No plano da investigação e da Educação, o viajante francês centrar-se-á fundamentalmente na Reforma completa dos Estudos, sob o reinado de D.José, não sem referir o papel anterior da Congregação do Oratório, em oposição aos jesuítas, e a Academia da História Portuguesa. Elogia a renovação dos cursos na Universidade de Coimbra, operada pelo próprio Marquês de Pombal<sup>26</sup>, criador também dos Colégios de Nobres, e que foi objecto de grandes louvores em França e Itália, apesar do cruel imperativo de todas as dissertações serem escritas em Latim. Pouco fecundas parecem ser, conforme notará, as Academias da História e a das Belas Letras que, em produzindo pouco, nada incentivam a inteligência dos jovens.

Distintos nas Belas Letras, os Portugueses puderam contar nesse século com a Arcádia Lusitana, sobretudo na sua expressão mais feliz, como

---

<sup>25</sup> Obra de referência obrigatória, a notável História do Pensamento Português, dirigida por Pedro Calafate, nota, p.29, que «o iluminismo, ao mesmo tempo que se afirma como projecto é também um antiescolasticismo, seja moderado, como em Frei Manuel do Cenáculo, seja mais vincado e veemente, como em Luís António Verney, sendo por essa mesma razão que a globalidade dos nossos teóricos das Luzes elabora os seus textos identificando com frequência um inimigo, um pólo antitético, caracterizado como causa de atraso, decadência, crise e isolamento cultural.»

<sup>26</sup> Vide ARAÚJO, Ana Cristina coord., O Marquês de Pombal e a Universidade, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2000. Desta autora, o estudo «Dirigismo Cultural e Formação das elites no Pombalismo» revela-se fundamental para o entendimento da reforma universitária e do falhanço do Colégio dos Nobres.

Nesta mesma obra, o artigo de Décio Ruivo Martins, «As Ciências Físico-Matemáticas em Portugal e a Reforma Pombalina», destaca a figura de Inácio Monteiro que na Matemática foi, segundo Banha de Andrade, «o professor mais bem informado do movimento científico e, porventura, filosófico, dentre os jesuítas dessa época», injustiçado por Verney que não viu no jesuíta, desterrado depois em Itália, um dos espíritos mais tolerantes do nosso Setecentismo.

salientará, de Correia Garção, superior a Malherbe e a Rousseau, o que se revela nesta pena especial, António Dinis da Cruz e Silva e Domingos dos Reis Quita, para além da excelência crítica, aqui sem tradição honrosa, de Luís António de Vernei, referido como anónimo, e da miséria de improvisadores presunçosos nas franjas dos mecenas ou dos conventos e de tradutores deturpadores que desfazem Fénelon, Voltaire e Metastasio. Na Música, reconhecendo à partida uma frouxidão francesa, dirá que casamos a delicadeza italiana com a penetração alemã, graças ao apoio de sensíveis monarcas que implementaram o gosto não só profissionalmente, como nas senhoras que simplesmente são admiráveis a cantar. Pouco brilhantes na pintura e escultura, não deixa, contudo, de referir Francisco Vieira e Machado de Castro relevantes numa nação de pobre arquitectura de punho português, com a excepção do Mosteiro da Batalha e o de Alcobaça, mas de génio não rentabilizado, como insiste em tom explícito de imparcialidade. O seu génio seria, aliás, como o seu solo, fértil mas selvático e desprezado, sem escolas que promovam o estudo agrícola, subaproveitado em fábricas de produtos que vamos buscar a outras nações, sendo nós inexcedíveis em chapéus e finíssimos tecidos - valorizando sempre mais o que vem de fora -, mesmo considerando o importante impulso dado pelo Marquês de Pombal, infelizmente não continuado, muito embora a fábrica de vidros Stephens indique prosperidade, talvez por ser gerida por «um inglês de nação». Como consequência, é fraco o comércio, mal se bastando o reino a si próprio, mínguo na exportação de ricos produtos que ingleses e holandeses cá vêm buscar directamente, livres do preconceito que degrada vilmente a profissão de comerciante, ao contrário do que sucedeu em Inglaterra que, assim, aproveita para exercer sobre nós a sua tutoria, inibidora da glória nacional de outrora. Curiosamente já então se apontava o número excessivo de militares, responsável igualmente pela ruína do país, incapazes de acolher os rigores de Lippe, potenciais mendigos e marginais que têm, no outro extremo da categoria social, um tipo propriamente português, tendendo mais para a divindade: os Grandes, descritos pelo Viajante Francês com uma expressividade ainda hoje

tocante , «umas máquinas aerostáticas, uns globos cheios de fogo que se elevam por força da sua beleza e ardor». Insuperavelmente arrogantes e incultos, hábeis em falarem de tudo o que não sabem, superficiais e ridículos, estes «miseráveis pavões» são protectores de falsos poetas e dão-se pouco ao trabalho, glutões e sensuais<sup>27</sup>, com excepção das linhagens do nível dos Ericeiras ou Taroucas notadas, neste texto, já no antigamente.

Touros e romarias parecem ser o sumário mais fiel dos principais interesses da nação e a sua maior limitação: unindo devoção com libertinagem grosseira ( e não a erudita francesa da primeira metade do século XVII ...), pretexto de fuga feminina, as romarias associam-se às touradas, projecção heróica da nossa aristocracia que não vê neste bárbaro duelo uma manifestação de falta de civilização, dirá. E esta paixão determina muito da desgraça teatral portuguesa, sem actores de classe, em que o trágico faz rir à gargalhada e o cómico é de uma boçalidade invulgar, com traduções acomodadas ao gosto nacional, como usava dizer-se, cuja degradação Almeida Garrett saberá muito bem denunciar, no seu esforço de constituição de um repertório português, num Teatro Nacional. Estragadas desde tenra idade, as crianças são caprichosas e criadas sem disciplina, dando em clérigos depravados, com as aparências salvaguardadas, em nobres irresponsáveis, entre a lascívia peculiarmente freirática e a

---

<sup>27</sup> Toma, neste contexto, especial eloquência a bela obra de José Cardoso Pires, Cartilha do Marialva Negações Libertinas redigida a propósito de alguns provincianismos comuns e ilustrada com exemplos reais, Lisboa, Planeta De Agostini, 2001, na sua definição introdutória de Marialva:

« Marialva é o antilibertino português, privilegiado em nome da razão de Casa e de Sangue, cuja configuração social e intelectual se define, nas suas tonalidades mais vincadas, no decorrer do século XVIII.

No convencionalismo popular (ou antes pequeno-burguês) marialva é o fidalgo (forma primitiva do «privilegiado») boémio e estoura-vergas. Socialmente será outra coisa: um individuo interessado em certo tipo de economia e em certa fisionomia política assente no irracionalismo. »

ausência de formação intelectual disciplinada, ou em meninas vazias, belas, reprimidas, sedutoras e desconfiadas... numa palavra, desinteressantes para o viajante que procura no amor uma *finesse* e um *esprit* que a vegetativa e emproada mulher portuguesa não saberia oferecer. Clarividente, o Viajante Francês explicita a origem deste facto na tutela masculina, aliada à normalmente retrógrada *vox populi* da maioria irónica das mulheres.

Ao avaliar figuras como D. João V, o autor destas Cartas introduz, à partida, uma duplicidade de amigo da Igreja e responsável pela sua degradação, também «com impúdicos amores» e meninos de Palhavá, esbanjador do ouro que não evitou empréstimos ao estrangeiro, em 1755<sup>28</sup>, adiantando já toda uma concepção bem iluminista do poder e das obrigações dos monarcas:

«Até quando há-de o despotismo sacudir sobre os vossos dourados tronos a sua facha infernal, origem da decadência da Humanidade?» (...)

«Que bem fez ao seu povo? Que abusos corrigiu, que edifícios úteis fundou, que ciências premiou, que virtudes coroou(...) ?

À semelhança de D. João V, – nem considerando o frouxo D. José – o Marquês de Pombal é apresentado na sua negatividade, ainda que o tópico da vontade narrativa de equilíbrio (o da tão anunciada imparcialidade) não se exclua: de inteligência mediana, conforme registará, Sebastião José

---

<sup>28</sup> Ainda acerca do terramoto, é interessante a obra O Terramoto de 1755 Testemunhos Britânicos The Lisbon earthquake of 1755 British accounts, Lisboa, Lisóptima Edições, 1990, prefácio de Maria Leonor Machado de Sousa, apresentação, tradução e notas de Judite Nozes. No prefácio, nota-se, p.9: « (...) A Europa recordava a orgulhosa Lisboa que dominara o comércio mundial e via-a agora castigada pelo mau uso que fizera da sua riqueza. (...)»

foi «um monstro de fortuna» na ascensão social, na imbecilidade régia, na crueldade com que amordaçou gente ilustrada, no egocentrismo que o fazia perseguir qualquer um à mínima desconfiança (imaginada) – Porquê terá padecido tanto Correia Garção, depois de um certo poema pouco panegírico? Não fugiu de Portugal Gorani, antes de cair nas suas garras? –, sem ter sequer o mérito da verdadeira eliminação dos prejuízos jesuíticos, de há tanto tempo preparado, tenebroso pai da Inconfidência, perpetuador das excentricidades incondicionais da Corte, explorador do povo. Esta voz é feita da mesma fibra que há-de tomar a Bastilha, já pouco faltava.

Uma actualização ortográfica do manuscrito, a conversão de alguma pontuação, a redução de maiúsculas, mantendo francesismos aqui saborosos e a plasticidade sintáctica que imprime liberdade literária, visam impedir o refúgio da lucidez na facilidade do arcaísmo: certos debates sobre a Concordata, numa portuguesíssima relação do Estado com a Igreja, um valor, dirão; Barrancos e o seu preciosismo antropológico, uma crueldade incompatível com a civilização; a presunção que, em Portugal, redundava em novoriquismo quase crónico ou pergaminhos sem arte ou livraria, o *leitmotiv* chocante da ignorância que permite anedotas parlamentares e novos despotismos; a miséria da cultura e o sempre reanimado Teatro Nacional; as mulherzinhas já não em cativoiro, mas em tola e cosmética libertação; o favoritismo que promove a mediocridade, o abandono da inteligência. Joel Serrão apontou bem o dedo ao Estado Novo com a edição das Notícias Literárias de Portugal.

Cuidem os tais cegos, que o não são por natureza, na pena do Viajante Francês, em não atirar areia aos olhos dos que, apesar da tristeza, preferem ver. E D. Sebastião realmente não voltou.



*« Admonere volumus, non mordere; prodesse, non  
lodere; consulere moribus hominum, non officere.»*

*Erasmus*

#### **Advertência do Tradutor**

A grande amizade, que desde que estou nesta Corte conservo com Mr. de S... sujeito bem conhecido pelos seus distintos talentos, e elegantes produções, fez com que de confiasse aos meus olhos a presente coleção de Cartas, que o Cavaleiro de Mr.... lhe dirigiu enquanto esteve na minha Pátria e Corte de Lisboa. Agradou-me tanto a clareza, ingenuidade, e conhecimentos que este estrangeiro mostra dos defeitos da nossa Nação, que julguei lhe faria um grande serviço se publicasse no nosso idioma estas preciosas Cartas. O meu fim foi utilizar aos meus patrícios, cujos defeitos estão aqui tão diligentemente notados: dar-lhes um claro espelho em que vissem estas manchas que desfeiam a sua natural formosura.

Queira o céu, que neste tom em que eu lhes ofereço estas Cartas, as queiram elles aceitar: e que tirem delas o fruto que eu muito sinceramente lhes desejo.





## Carta 1ª

Meu querido Amigo,

Muito bem me lembra o encargo que vós me fizestes, quando saí dessa Corte para fazer a minha viagem da Europa, de que visitasse com mais cuidado o Reino de Portugal que, pela pouca correlação que tem com os mais domínios da Europa e pelo pouco que a sua língua é conhecida no mundo, está ainda muito escondido para qualquer pessoa que deseja sem sair da sua Pátria formar um justo conceito dos reinos e das nações.

Pediste-me também que fizesse alguns apontamentos do que fosse observado e que vo-las remetesse para vos divertirdes e instruídes. Posso assegurar-vos que estas vossas duas encomendas foram a causa de eu me ter aqui detido tanto. Passam de três anos que aqui vivo: não tenho poupado diligência alguma para formar uma justa ideia do carácter, estado e espírito dos portugueses.

A multidão de Franceses que vivem na Corte de Lisboa e o conhecimento que eles já têm da Nação ajudou-me sumamente ao meu exame. Da língua já tinha bastante conhecimento em França, pois a muita paixão que sempre tive pelos bons autores castelhanos, cuja língua é quase a mesma que a portuguesa, abriu-me muito os olhos para fazer as minhas observações.

Assim, posso dizer-vos que presentemente me acho em estado de vos oferecer um quadro bem fiel do que é este belo país tão pouco conhecido e tão digno de o ser. Vou pois satisfazer a vossa curiosidade numa série sucessiva de Cartas, nas quais irei expondo o que tenho observado com

imparcialidade, brevidade e clareza. Oxalá eu tivesse o filosófico estilo do nosso Sábio Académico que escreveu o Quadro de Paris em que tão judiciosamente apontou os nossos defeitos ou o nervo e graça do famoso Addison que com o seu Spectator foi o médico da sua nação!

As minhas Cartas não terão outra ordem, distribuição ou «ligação» que aquela que me for oferecendo a memória: imitando nisto ao nosso Bruyère que com esta mesma desordem pintou tanto ao vivo os caracteres deste século.

Preparai-vos, pois, para ouvirdes verdades. Como vós não sois Português, não temo ofender-vos, nem intento lisonjear-vos. O que somente vos peço é que reserveis só para vós a colecção destas cartas, porque se as comunicasseis, poderiam vir às mãos de algum Português e conhecendo-se o seu autor, concitar-me isto a raiva de uma nação que eu estimo, a quem sou obrigado e a quem não intento pregar verdades, pois nada me obriga a isso.

Adeus, meu querido Amigo; tende saúde e amai sempre o vosso

Mais fiel Amigo  
O Cav. de M.

Lisboa, 2 de Fev.  
de 1782.

## Carta 2ª

### Situação e produções de Portugal

Principio, meu querido Amigo, esta minha carta pelo modo mais natural que me é possível, descrevendo-vos a situação e as produções de Portugal, ainda que nisto serei mais breve que nos mais artigos; pois uma simples vista de olhos ao Atlas de Mr. Robert vos dará um claro conhecimento da posição deste Reino e os Livros de Viagens, ou qualquer Dicionário Geográfico, vos pode ilustrar sobre as suas produções. Contudo, para seguir a ordem que devo ao meu assunto,

Portugal é uma parte da Península das Espanhas em que jaz encravado e a parte mais Ocidental delas. Podemos chamar-lhe ou a base deste famoso Reino ou a sua cabeça como lhe chamou o famoso Camões, um dos primeiros poetas portugueses. A sua maior extensão de Norte a Sul, será pouco mais ou menos de cem léguas: a largura de quarenta e a circunferência de trezentos. Não tem outros vizinhos que o mar (Oceano) pelo poente e o Sul e Castela pelo Norte e Oriente que vai cercando sucessivamente com os reinos de Galiza, Leão, Estremadura ou Castela a nova e Andaluzia.

Já vedes que a sua situação é muito vantajosa pela vizinhança do Grande Oceano para exportação dos seus frutos e importação dos alheios, comunicação com todas as potências da Europa e pelos poucos potentes vizinhos que se reduzem só a Castela com quem mantém uma boa amizade cimentada em recíprocos casamentos e tratados.

A natureza do país é vária: mais montanhosa do que plana, o que a

faz tão fértil de bons vinhos que já vão competindo com os melhores da Europa e que sendo susceptíveis de um grande melhoramento, podem com o andar do tempo vir a ter a primazia entre todos. Posso assegurar-vos que tenho bebido vinho das vizinhanças de Lisboa que em nada cede à famosa Malvazia e Canários.

Os famosos rios que regam o país, uns filhos dele mesmo e outros originários de Castela, como o decantado Tejo, Minho Douro e outros, o fazem muito fértil de quanto é preciso e delicioso para a vida. Com efeito, só de vinhos do Douro se tem embarcado para fora daquela em alguns anos passante de quarenta mil pipas. Os Ingleses são quem faz deles o maior tráfico.

O seu azeite é muito e precioso, apesar do pouco que o trabalham e da ignorância total em que os Portugueses estão desta parte da Agricultura. Produz muito e bom milho, em especial a província do Minho e Beira. A menor abundância que tem é de trigo, isto talvez pelas causa que adiante vos direi.

As suas frutas são muitas e deliciosíssimas. Dão-se aqui todas as da Europa e ainda algumas da Ásia e América, prova bem evidente da bondade do terreno. As laranjas, em especial, são de uma formosura e sabor muito maravilhosas. Quase todas as casas de campo dos arredores da Corte, a que aqui chamam quintas, são povoadas de bosques imensos deste belo fruto, cuja vista e olfacto nos forma uma ideia do formoso Paraíso de delícias que habitaram nossos primeiros pais e que o encantador Milton tão delicadamente nos descreve no Livro IV do seu *Paraíso perdido*.

Pelas férteis campinas deste reino pastam numerosos gados que bastam para o consumo do seu povo. Os bois são muito formosos e a carne dos porcos da Beira e Alentejo muito saborosa.

Os seus montes se vêm cobertos de muitas e preciosas madeiras e o seu centro prenhe de excelentes minerais e mármore. Quasi todos de que é composto o belo Convento de Mafra, obra do rei João V, de que vos falarei a seu tempo, vieram das vizinhanças da mesma vila e dos montes de

Sintra. Do mesmo modo se acham em mais ou menos quantidade minas de cristal de rosa, azeviche, ferro, rubis, esmeraldas, jacintos, mármore, jaspe, ouro, prata, estanho, chumbo, ferro e outras várias produções desta parte do reino da natureza.

Os bosques estão povoados de muita e boa caça, os rios de excelente pescado, entre os quais têm o supremo lugar a lampreia e salmão. Da primeira espécie há maior abundância nos rios Douro, Mondego, Minho e Tejo. O mar ainda que sumamente tempestuoso, como parte daquele imenso e tormentoso golfão que nos separa do novo Mundo por tantos centos de léguas e que vem bater em uma costa aberta e seguida que corre sem fazer angra ou enseada alguma, o espaço de cem léguas Norte/Sul. Contudo oferece bastante pescaria de sardinhas, cavala, pescada, atuns e chernes etc, e outros muitos peixes não conhecidos na nossa pátria. Do mesmo modo abunda em muito e bom marisco.

Enfim para cumprir com o meu propósito de ser breve e muito mais nesta Carta pela razão já mencionada, já vós vedes que Portugal abunda em tudo quanto é precioso para a vida e ainda em tudo quanto apeteçemos para regalo.

Em um tão abundante Reino e num clima tão temperado, qual é este, estando todo o reino situado entre 37 e 44 graus de latitude, pôs Deus esta feliz nação portuguesa de que tanto se tem falado na Europa pelos seus Descobrimentos, acções e conquistas e de cujo carácter passarei a entreter-vos na seguinte Carta. Sou Vosso.

### Carta 3ª

#### Carácter dos Portugueses, seus costumes e usos

Meu querido Amigo,

Parece que vou desmentindo o que vos prometi, na minha primeira Carta, de que não guardaria outra ordem que aquela que a memória me fosse oferecendo. Principi falando-vos da terra, agora o vou fazer da gente que a habita. Porém até aqui a natureza do assunto estava pedindo esta mesma ordem que depois hei-de deixar e seguir unicamente as matérias que se forem oferecendo.

Para formar uma verdadeira ideia do carácter dos portugueses, não só me vali das minhas observações, combinando os génios dos habitantes da Corte e das províncias que tive ocasião de tratar nas minhas viagens. Porém consultei também alguns franceses instruídos que vivem nesta Corte, entre os quais foi um, o Abbé de.... que, pela longa residência que tem feito neste reino, está muito em estado de conhecer perfeitamente a Nação.

Geralmente falando, os Portugueses são mais sóbrios, animosos e fortes do que os castelhanos seus vizinhos, mais sofredores do trabalho e mais atrevidos da paz e da guerra. Do seu ânimo e audácia tem dado muitas e exuberantes provas nas longas e vivas guerras que têm sustentado contra Espanha que nunca pode fazer succumbir esta brava Nação, senão quando ela se achava sem forças e quase moribunda depois da derrota do infeliz Rei D. Sebastião em África. Foram os Portugueses os primeiros que, com uma quase louca audácia, como lhe chama Paulo Jovio/ imana navi-

gatione Oceanumpratervecti/ e, cheios de um ardor nunca visto, arrasaram as desconhecidas carrancas do imenso oceano e foram ver e mostrar ao universo espantado países nunca antes vistos, nem conhecidos.

Muitos e bons soldados e generais têm tido dentro de Portugal e fora dele. A gente da plebe é muito suportadora de trabalho. Os nossos vizinhos ingleses fazem muito caso das suas marinhas e pagam por um preço avultado. Depois da Campanha de 1762, em que o Marechal Príncipe de LaLipe policiou a tropa portuguesa, é ela disciplinada à Prussiana e tendo ela um muito diminuto soldo, contudo sofre alegre e sem murmurar o imenso trabalho que sobre ela carrega.

Porém este mesmo valor degenera na baixa plebe em brutalidade. Não digo que seja tanto como na Inglaterra; porém não é novo, nem raro, ver neste país dar uma facada ou mesmo matar um homem por uma causa a mais insignificante. São os portugueses vingativos e ciosos em sumo grau, o que creio lhe provém da raiz mourisca de que procedem, cujo carácter influi tanto nas Espanhas. Manent ad hus prisci vestigia ruris. No Reinado do Rei D. João V, Avô da Soberana Reinante, ainda a Nação estava no gosto quixotesco e ridículo no meio do dia e das cidades com umas longas espadas a que chamavam estoques e de outras espécies debaixo dos seus capotes. Todo o mundo trazia descaradamente armas ofensivas; eram por consequência muito frequentes os desafios, as feridas e as mortes. Porém aquele soberano fulminou estes ridículos cavalheiros andantes com uma severa pragmática que serenou mais o brutal e mortífero gosto da nação que hoje na gente polida está quase extinto.

Passemos adiante e vamos falar num gravíssimo defeito desta nação, da qual não há quasi pessoa por mais polida que seja que esteja isenta. É esta a demasiada presunção que esta nação, ainda mais do que a castelhana, tem de si e o sumo desprezo e enjoo com que trata os outros. Eu creio que isto provém da pouca instrução desta gente, pois alguns portugueses destes e desabusados que eu tratei, todos erão isentos deste vício. Até mesmo um deles se lamentou comigo deste defeito dos seus patriotas. Um

nosso poeta bem antigo, me disse ele, já confessa esta mancha que tanto nos desfeia nos olhos do Universo, dizendo:

*«Geralmente é presunçosa  
Espanha e disso seprosa»*

Com efeito, continuava ele, se é certo que pela mesma medida que medimos os outros, seremos também nós medidos, que triste figura não faremos nós aos olhos do viajante polido, do filósofo imparcial, do político perspicaz, a quem somente por serem estrangeiros nós tratamos por fezes da terra e *gens de rien*, como vós lhe chamais a estes restos da Humanidade? Quando nós estamos vendo a união que cada dia vai reinando mais entre os povos do Universo que à medida que as Luzes da Filosofia se vão espalhando pelo mundo, se vão julgando cada vez mais cidadãos da mesma grande Cidade espalhados em diversos bairros. Quando estamos vendo isto, persistimos no nosso orgulho e cada vez mais nos enfatuamos com a nossa formosura e com desprezo dos outros. Ah! quanto isto insta a um português que pensa!

Deste modo se explicava este sábio português. Alguns mais ouvi disscorrer quase pelo mesmo teor. Com efeito, não se acha Nação na Europa que mais despreze e tenha em pouco as outras. Basta que um homem não seja português para aqui ser rido por ateu, por indigno, ignorante, falso, impostor, etc. Ainda que qualquer estrangeiro seja de uma família ilustre, aqui logo dizem a esse respeito: quem sabe cá quem é F. pode dizer o que quiser, como é de longe pode ser fidalgo. O mesmo dizem a todos os outros capítulos que formam o merecimento de um homem.

Este vão e ridículo defeito creio que tem a sua origem em dois princípios. Na plebe, pela sua muita ignorância, na gente instruída, pela leitura dos seus autores reiniculas, pois não há nação no mundo em que os autores tenham lisonjeado mais a sua pátria. Poetas, oradores, historiadores, todos a uma voz são uns contínuos panegiristas da sua pátria; se os cremos não há mais ninguém valente, fiel, honrado no mundo, senão os



portugueses. Basta por todos o seu Camões, que a cada passo está fazendo o panegírico da sua Nação: e se critica a nobreza dela de ingrata e ignorante, é pelo pouco que foi dela favorecido, aliás tudo se esqueceria.

Basta a este respeito e passemos ao restante dos costumes portugueses. São sumamente ciosos das suas mulheres, filhas, irmãs etc e vivem aqui estas pobres em um duro cativeiro. Na Corte está porém isto mais extinto e o espírito de sociedade mais espalhado. Alguns defeitos tem mais de que falaremos onde eles pertencerem.

São, porém, muito fiéis ao seu rei e pátria.: muito honrados e verdadeiros nos seus negócios, pouco inventores nas artes e ciências, porém bons imitadores e aperfeiçoadores, muito engenhosos e prontos nas suas conversações.

Enfim tem esta Nação muitas boas qualidades e alguns defeitos entre elas. Porém repito, aquelles portugueses que pela continuação dos seus estudos ou viagens se têm elevado acima das preocupações da sua Pátria são uns estimáveis sujeitos. Destes tratei muitos em que achei a polícia francesa, o engenho italiano, a honra inglesa e todas as mais virtudes que condecoram os vários povos da terra.

Creio que em breve vos tenho dado uma ideia do carácter português. Passemos a outra matéria igualmente interessante e acabemos esta carta. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 4ª

### Religião dos Portugueses

Era coisa bem natural que, na mesma Carta precedente em que eu vos falei do carácter portuguez, fizesse ao mesmo tempo menção da sua religião. Porém eu reservei o fazê-lo para uma Carta separada; tanto por não fazer crescer mais a passada, como por que a matéria de si merece ser tratada separadamente.

A religião de Portugal é a católica romana. Não se tolera neste Reino a prática pública de outra alguma religião e ainda oculta nos vassallos de Sua Magestade Fidelíssima é muito perigosa pelo sumo cuidado com que sobre a pureza da fé vigia o Tribunal da Inquisição ou Santo Officio, cujo poder e Direito não é mais do que uma transmissão concedida a este corpo do poder que os reis e os bispos têm de vigiar e zelar sobre a inteireza da fé.

Porém este mesmo Tribunal não é já tão cruel e sanguinário como foi nos passados séculos em que o fanatismo, como diz elegantemente o nosso Epico Cantor de Henrique IV, no Canto V da sua Enriada quase todos os anos acende em Lisboa.

«..... ces feux  
Ces buchers solemnels ou de juifs malheureux  
Son tous les ans en pompe en voies par des Pretres.  
Pour n`avoir point quitté la foi de leurs ancêtres.  
Henriad. CL.V.»

Sim, meu caro Amigo, os clamores da humanidade explicados pelas eloquentes línguas dos Montesquieus, Becarias, Voltaires, Marmontels, e

outros acérrimos vingadores do género humano já se têm feito ouvir nestas praias. Se os fogos se acendem diante do trono do Altíssimo, é só para lhe tributar puros incensos e não para queimar as palpitantes carnes de uns infelizes, cuja desgraça estaria escondida nos eternos segredos da Providência, à vista de cujos bárbaros sacrifícios a religião desconsolada tapava os olhos para esconder as ternas lágrimas que lhe causava esta mal entendida fé dos seus sectários.

Não deveis pois assentar convosco que seja a Inquisição ainda hoje tão terrível em Portugal, como o foi desde os séculos da sua fundação até ao reinado passado.

Tem este Reino conservado pura a sua fé, ainda no tempo das maiores tempestades da Igreja e unicamente a contaminou algum tanto no Reinado de D. João V com a infernal e maldita seita dos sigilistas que teria graçado largamente e arruinado muita parte da Igreja Lusitana, se não fosse o pronto socorro que logo deram à fé vacilante os prelados do Reino, principalmente o Patriarca de Lisboa, em cuja diocese se havia atcado mais o fogo desta heresia. Contudo, ainda hoje se acham alguns restos deste contágio e alguns frades e clérigos insignes ignorantes e tartufos que querem com uma falsa aparência dar formosas cores ao seu hipocritismo.

Porém esta mesma pureza de religião degenera na maior parte dos Portugueses em fanatismo, superstição e cega credulidade, especialmente naquella mesma parte da nação consagrada à Igreja.

Não há parte alguma do mundo, onde as visões, revelações, milagres e predições do futuro sejam mais facilmente cridas, nem mais cegamente respeitadas. Porque um simples clérigo ou sacristão sonhou se é que lhe não fez sonhar o interesse que qualquer imagem da sua igreja estava suando, porque de noite se viu alguma luz sobre alguma imagem, cruz ou ermida, não se averigua mais nada, corre o povo em tropa e o mais é que corre com ele aquella parte da nação que devia indagar as forças físicas da natureza ou poder da imaginação e chamam todos a uma voz - milagre, milagre - erguem-se templos, pendurão-se votos, correm de toda a parte os

povos espantados, fervem as esmolas e triunfam muitas vezes os falares impostores que deram voz e carreira a este pseudo-milagre.

Porque uma beata nos seus misteriosos raptos e imaginados êxtases, acreditou sentir uma voz interna que a avisava da morte de um Grande, do castigo de uma cidade, da perda de uma negociação, e porque tão facilmente, como acreditou este aviso, fruto de uma imaginação exaltada, o confiou ao seu confessor, presunçoso e ignorante, corre este logo a divulgá-lo. Treme o povo aterrado. Venera-se a devota profetisa, é invocada em todas as necessidades, qual outro Elias, e em pouco tempo são citadas suas decisões, como as de um Francisco de Paula ou Vicente Ferreira.

Porque uma pobre donzela, cruelmente tiranizada pelos bárbaros pais, vê embaraçado o casamento desejado e entra em convulsões e desatinos, crê-se logo ser possuída do demónio: é exorcizada, guardada e visitada, como um miserável ludíbrio do espírito infernal, quando ela só é uma triste vítima do amor. Porque um miserável enfermo padece de uma febre lenta e desconhecida dos médicos, que são muito ignorantes neste país, uma moléstia teimosa e rebelde aos medicamentos, prontamente se recorre às armas da Igreja: tem feitiços; os bons clérigos que o benzem quase se atrevem a juras; em que espécie de comer lhos deram, ou se os lançaram no mar. Inda isto não seria o pior. Muitas vezes corre-se a consultar uma nova hipitonisa de Endor, alguma bruxa ou velha impostora que à conta da sua infernal ciência desfruta amplamente dos pais ou parentes do padecente.

Aqui, mais do que em qualquer outra parte, acredita-se nos agoiros ou falsas devoções. A ignorância do povo é tal que uma aurora boreal, uma neve copiosa, um cometa, são tidos como umas vivas vozes do céu e obram tais efeitos de terror pânico, como se contam do século XII, ou XIII com os primeiros Matemáticos e Filósofos.

Eu bem sei que vós me respondereis que o povo sempre é povo e que ainda no ilustrado século de Luís XIV vimos tão pasmosos efeitos de superstição e fanatismo no Cemitério de São Medarelo em Paris, sobre a sepultura do famoso Simão Paris, e em Lundem, nas Urcelinas, dirigidas

## Carta 5ª

### Clero de Portugal Secular e Regular.

É muito para lamentar, amigo do coração, que a religião, este divino presente, que o céu mandou aos homens se veja quasi sempre confundida com os seus ministros, que sendo homens, aquele ente, que como bem o define o profundo Pope, nasceu para morrer, para errar tende, que sendo homens, quero dizer, entes fragéis e corruptíveis, não podem perfeitamente mostrar em si a imagem dessa divina filha do céu.

Esta é a razão por que ela tem produzido no mundo tantas guerras, rupturas, heresias e desordens, porque querendo os homens fazê-la servir aos seus particulares interesses, em breve tempo veio a ser causa de desordens aquela que veio trazer a paz ao mundo.

A causa é a ignorância que sendo feia em toda a classe de gentes, é naquela parte que está consagrada ao culto da mesma religião, não só feia, mas monstruosa, pois não há coisa mais incoerente que serem ignorantes e viverem em trevas os Ministros do Pai das Luzes e Fonte de toda a Sabedoria. Estes mesmos homens assim ignorantes como eram, quiseram que tudo cedesse ao seu grau e ao seu carácter e anatemizam todos aqueles que pensaram diversamente deles.

Perdoai-me, Amigo, esta digressão do meu assunto que não pude deixar de fazer à vista da miséria do clero português.

Geralmente falando, é esta parte da Igreja Católica a menos instruída de toda. Começado pelos clérigos, são quase todos homens de uma profunda ignorância. Eu reduzo a origem delas a três causas: 1º à falta de educação, ou à péssima que se dá neste reino à mocidade. 2ª Ao descuido dos

bispos e superiores eclesiásticos. 3ª A falta de estímulos, sendo aqui tão pouco considerado e premiado o merecimento em todo o género de pessoas que ordinariamente se vê levarem as igrejas e os benefícios aqueles que tem maior protector. ainda que aliás sejam homens de uma crassa ignorância e serem perseguidos e odiados aqueles que pensam ilustradamente e com desabuso nas matérias eclesiásticas.

Pelo regular, meu Amigo, vós topareis aqui centos de abades, priores e párocos que não têm outra instrução mais do que saberem ler o Latim que não entendem do seu breviário e missal. Os confessores apenas sabem as definições dos sacramentos que estudaram em algum rançoso autor casuista, escrito, já se sabe, na língua vulgar. Escritura, História Eclesiástica, Teologia Dogmática, crítica, Línguas, Belas Letras, isto são nomes para eles inteiramente desconhecidos. Com os estudos, que já disse de pouco Latim e de algumas definições de Moral, se preparam para o grau de sacerdócio e depois que entram nele nunca mais cuidam em outro livro, excepto o missal e breviário. Algum eclesiástico que segue a Universidade de Coimbra, a única deste Reino, se vão ali formar no Direito Canónico para se opor aos Lugares de Letras, o que não pode sem este requisito ou para ficar na mesma Universidade. A faculdade de Teologia poucos a seguem e assim jaz esta Augusta Soberana ciência em Portugal no maior abatimento.

De tão pequenos e fracos espíritos já vós vedes quão miseráveis consequências se devem seguir. Aqueles, que se destinam a curar almas e a párocos, educam as suas ovelhas nos princípios de uma falsa devoção que consiste toda na prática minuciosa dos mais inúteis exteriores da Religião, numa sujeição cega ao poder eclesiástico e num horror a tudo o que é gente instruída e ilustrada, a que eles prontamente caracterizam de ateus ou herejes. Daqui procede o horror que os Portugueses têm a tudo o que não é católico, de que vem chamarem a todos os não católicos, cães, canalha, sem alma, etc.

Porém estes Ministros tão zelosos da sua Religião não fazem escrúpulo algum de o fazerem ridículo aos olhos dos seus adversários, sendo os

primeiros ambiciosos e usurários deste Reino. Não tem dúvida para captar a benevolência dos povos em autorizar com a sua presença certas práticas e usos que a mesma Religião abomina, como V.g. as romarias, ou peregrinações aos Santuários, às imagens milagrosas do Reino, a cuja viagem quase sempre os Curas acompanham as suas ovelhas para presenciarem ali depois de uma missa mal cantada e de um sermão que ninguém ouve as maiores desordens da embriaguez e do deboche, naquele povo bárbaro, cujos cérebros se acham escandecidos por Vénus e Baco. Porém não importa, os clérigos e frades dali trazem as copiosas esmolos de missas pedidas e de outras rogadas. Não sabem estes ignorantes que esta foi a razão porque na primitiva Igreja se proibiram as vigílias e festas nocturnas junto aos sepulcros dos Santos Mártires, pelo abuso e desordens que se iam praticando à sombra de uma tão santa instituição.

Passemos aos Regulares que pouco mais instruídos são. Devemos, contudo, confessar que se neste reino há alguma instrução no clero, é certamente no Regular, pois ainda que o pouco cuidado na educação dos noviços seja transcendente a todas as Religiões de Portugal, contudo achão-se sempre nelas alguns sujeitos excelentes, cujo génio os faz vencer vícios da sua escola e que à força do próprio estudo se elevam ao conhecimento do sólido e verdadeiro gosto nas ciências. Conheci muitos destes Regulares e alguns deles foram os mesmos que me abriram os olhos sobre os defeitos da sua religião e da nação em geral. Porém, geralmente falando, a maior parte do clero regular vive sepultado na mesma crassa ignorância em que estavam os clérigos e monges da Rússia antes do reinado de Pedro, o Grande.

Vivendo numa perfeita ignorância e numa grande ociosidade, gozando os Monacais e ainda os Mendicantes, de tudo quanto é preciso para o regalo e para a boa subsistência pelas grossas rendas que aqui têm os monacais e pelas copiosas esmolos que do crédulo povo terão os mendicantes em alguma coisa se hão-de ocupar que os distinga dos seculares. Dois são os pontos em que põem a sua mira quasi todos: a direcção das beatas e freiras e a intriga e governo nas casas dos Grandes e de todo aque-

le cidadão que pode contribuir com a sua riqueza para o regalo e figuração destes divinos insectos. Onde eles entram pela direcção da mulher, das filhas, ou mesmo do marido, nunca deixa de haver desordens domésticas, queixas nas criadas e faltas no essencial do governo da casa.

Eis aqui, meu querido Amigo, o que posso dizer-vos em breve, sobre o Clero de Portugal. Devo juntar a isto que no presente Reinado de El Rei D. José, têm os Regulares decaído muito da prepotência que gozavam sobre o resto do povo português. O Marquês de Pombal e o seu irmão Paulo de Carvalho deram caça aos Frades Jacobeus e às suas beatas, desabusaram muito a Nação de tanto energúmeno e enfeitado e, assim já hoje não falta quem pense com desabuso sobre estas matérias. Passemos pois a outras igualmente interessantes; e em tanto. Sou V<sup>o</sup>.



## Carta 6<sup>a</sup>

### Língua Portuguesa, seu carácter

Depois de vos ter falado na situação de Portugal, no carácter dos seus habitantes, na sua religião e clero, passo a falar-vos na língua que fala este povo muito pouco conhecida. Porém muito digna de o ser, se os portugueses cuidassem um dia, como deviam, em a enriquecer de boas obras, como o têm feito os Ingleses e Alemães.

É a língua portuguesa uma das mais legítimas filhas da latina, ou antes é um Latim corrupto e alterado. A sua pronunção, a desinência dos seus vocábulos, a identidade da sua gramática, enfim tudo nos está persuadindo esta verdade. Por isso o Camões diz com muita razão que uma das causas porque Vénus favorecia tanto os Portugueses era a suma parecença que lhe achava com os Romanos, sua nação mimosa, até mesmo no idioma e linguagem

«na qual quando imagina

«Com pouca corrupção crê que é Latina.

Lusád. cant 1º 33

As longas e dilatadas guerras que nas Espanhas sustentaram os Romanos e o muito caso que desta região fizeram depois de a sujeitar deram este princípio à língua portuguesa. Contudo não é só do Latim que ela tem a sua origem, avasconsa ou biscainha, a árabe e mesmo a francesa influíram logo ao princípio para o seu nascimento. Bem sabeis quanto os Godos e os Mouros se detiveram neste belo país. Os fidalgos franceses que

acompanhavam o Conde D. Henrique, tronco dos Reis Portugueses, foram os que apropriaram muito da nossa antiga linguagem à portuguesa. Os outros cavaleiros da armada de Guilherme de Longa Espada, também Franceses, que no ano de 1041 ajudaram D. Afonso Henriques, primeiro rei de Portugal, a tomar Lisboa, e dos quais muitos ficaram estabelecidos em Portugal, deixaram nele, não só as suas famílias e descendência, mas mesmo muitas coisas da sua língua. Isto em quanto à sua origem.

É pois a língua portuguesa muito copiosa, sonora, breve, fácil de poder escrever-se, como se pronuncia e apta para todos os estilos. Uma das particularidades, que eu lhe acho muito digna de louvor, é que sendo ela muito suave e branda para a pronúncia, e tendo quase a suavidade italiana, é ao mesmo tempo muito varonil e masculina nos seus sons, sem ter aqueles sons ásperos e guturais que dos Mouros herdaram os Espanhóis. Quero aqui transcrever-vos as palavras de um elegante autor português que é Francisco Rodrigues Lobo, o qual na sua Corte na Aldeia no fim do diálogo primeiro lhe faz nestas palavras o mais completo elogio.

« A Língua Portuguesa, assim na suavidade da pronúncia, como na gravidade e composição das palavras, é excelente.... É branda para deleitar, grave para engrandecer, eficaz para mover, doce para pronunciar, breve para resolver e acomodada às matérias mais importantes da prática e escrita. Para falar é engraçada com um certo modo senhoril. Para contar é suave com um certo sentimento que favorece a Música. Para pregar é substanciosa com uma gravidade que autoriza as razões e as sentenças. Para escrever cartas, nem tem infinita cópia, que dane 14, nem brevidade estéril que a limite. Para Histórias, nem é tão florida que se derrame, nem tão seca que busque o favor das alheias. A pronúncia não obriga a ferir o céu da boca com aspereza, nem a arrancar as palavras com violência de gargalo. Escreve-se da maneira que se lê e assim se fala. Tem de todas as línguas o melhor: a pronúncia da Latina, a origem da Grega, a familiaridade da Castelhana, a brandura da Francesa, elegância da Italiana. Tem mais adágios e sentenças que todas as vulgares, em fé da sua antiguidade.»

Posso assegurar-vos que nada tem de exagerado este elogio e eu achei pela experiência que era verdadeiro tudo quanto lhe nota o referido autor.

Talvez, me perguntareis vós agora, qual seja a razão por que tendo a língua portuguesa todos estes dons e excelências é tão pouco conhecida no mundo e muito mais no mundo literato? Responder-vos-ei que como não estamos já nos séculos das nações conquistadoras, como a grega e a latina, que à força de armas introduziam nos Povos vencidos não só as suas leis, mas até mesmo os seus costumes, usos, vestidos e linguagem. Não há outro meio para uma nação espalhar o seu idioma que o aumento do comércio e a abundância de obras originais e eruditas, escritas na língua vernácula. Como ambos estes fundamentos faltam aos Portugueses, sendo eles os Povos menos comerciantes da terra e a terra ainda menos se escreve e compõem, essa é a razão porque a sua língua está tão pouco estendida e conhecida.

Podiam também os Portugueses adiantar muito a sua língua cavando sobre as origens dela e analisando-a filosoficamente. Porém não tem Academias e faltam-lhe os Pluches e Marsais, Condillacs Loke etc. e outros formosos autores que nos têm polido e enriquecido a língua. Assim jaz esta formosa língua, como um terreno fértil e produtor que por culpa do seu mau e pobre cultivador produz só dez, podendo produzir cem e mais alqueires.

Uma prova também grande da bondade da língua portuguesa é a sua aptidão para as traduções. Eu as vi neste Reino de todas as línguas do Universo e do Universo, nas quais os seus autores traduzindo segundo o preceito de Horácio e do nosso sábio Bispo Huet, verbo adverbium, faziam, contudo, excelente Português. Raras eram as circunlocações para quase todas as frases e sentenças achavam outras equivalentes. Tãmanha é a abundância desta Língua! Assim não podem os Portugueses dizer com razão o mesmo que Quintiliano dizia da língua latina - *Paupertate sermonis Laboramus*-, porém ao presente quasi todos os Portugueses desprezam o estudo do seu idioma pela paixão da nossa língua e falam nas aulas, no foro, no púlpito e nos tribunais uma língua lusitano- francesa que vem a

ser justamente o que nós chamamos um jargon. Nada cuidam de ler os seus bons autores e assim vêm desfeiar uns animais anfíbios, cujo som de voz é Português, porém a frase e o estilo é um Francês agasconado. Tamanha é a influência que o gosto da nossa Nação tem sobre todos os Povos do Universo!

Passemos a abordar o quadro da Literatura Portuguesa. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 7ª

### Autores Portugueses mais famosos

Siga-se ao elogio da Língua Portuguesa o dos autores mais famosos que têm escrito neste idioma. Nesta carta serei breve para não vos cansar com uma seca análise do Dicionário Literário desta Nação.

Os Portugueses, que hoje tão pouco figuram na orbe Literária, já nele tiveram um distinto lugar, desde o reinado de El Rei D. Manuel, até a funesta perda de D. Sebastião nas areias de Alcácer. O Reinado só de D. João III, este Augusto de Portugal, cuja memória durará entre os Portugueses, como entre nós a do Grande Luís XIV, ou como em Roma a de Leão X, o reinado, digo, deste Príncipe produziu uma tropa de sábios em todas as faculdades.

Aquela em que os Portugueses verdadeiramente são mestres é na História. Ajuda-os muito a isto a gravidade e suavidade da sua língua, qualidades tão requisitas para a abono da narração e pelas quais se immortalizaram Thucides entre os Gregos e Lívio entre os Romanos. Três homens se fizeram insignes nesta parte em Portugal. O famoso historiador João de Barros com as suas Décadas, com que mereceu estátuas em Roma e em Veneza, Frei Luís de Sousa com a sua Vida do - Arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Mártires, em que não sabemos qual havemos de admirar mais, as virtudes do herói ou a pena do escritor: e Jacinto Freire de Andrade na sua Vida de D. João de Castro, em que se pôs quase a par do florido Quinto Curcio. Estes três homens, que temos traduzidos na nossa língua, excutaram com sumo primor as Leis Severas da História. Tem mais Fr. Bernardo de Brito e o seu continuador António

Brandão, ambos Monges Cistercienses e Cronistas de Portugal, cuja História escreveram com muito asseio, ainda que às vezes exagerada; e cheia de erros de Crítica. E se quisermos juntar os que escreveram em Latim e Castelhana, acharemos o fecundo Manuel de Faria e Sousa, Salústio Português, D. Jerónimo Osório, O eloquente Diogo de Teive, cujos comentários de rebus ad Dium gestis, se podem comparar aos de César e outros muitos.

Na Poesia, têm os Portugueses também um lugar muito distinto. O seu grande Camões, apesar dos defeitos inevitáveis do seu século, é bem digno de admiração que sempre lhe tributaram as Nações polidas. No génio pastoril, é muito estimável Diogo Bernardes, e António Ferreira, Bernardino Ribeiro, e Fr. Bernardo de Brito com a sua Silvia de Lizardo. O aménssimo Poeta Francisco Rodrigues Lobo, nas suas Obras Pastorais excede tudo quanto se pode desejar e iguala, se não vence, os melhores antigos. A sua Primavera e Pastor Peregrino é o romance Pastoril mais excelente que tem a Europa e merece o mesmo lugar que no Romance Heróico se dá a Theagenes, e Charidea. Enfim, na Poesia têm os Portugueses muitos e muito estimáveis Poetas. Poucos anos há que nesta Corte de Lisboa faleceu Pedro António Garção, cujas odes são o modelo mais perfeito da poesia lírica e de quem os Portugueses farão para o Futuro, o mesmo caso que fazemos de Horácio.

Na Teologia nada têm os Portugueses digno de ler-se, assim como também na jurisprudência. Os autores que têm em Direito são uns meros praxistas ou Consulentes que afogam a razão debaixo de enormes volumes, só bons advengentes thus, e odores.

Na Oratória têm o eloquente Bispo de Leiria D António Pinheiro, o Douto Teólogo Diogo de Paiva de Andrada, e o grande Padre António Vieira que seria um Crisósamo ou um Leão, se não quisesse adaptar-se aos vícios do seu século. Os seus sermões no meio dos seus vícios e agudezas falsas têm rasgos e pedaços dignos de Cícero.

Em Matemática, Medicina, Filosofia e Humanidades não têm os Portugueses autor de maior nota.

Todos os autores de que vos tenho falado são antigos. No século presente não têm os Portugueses autor de maior nome: os que vivem hoje não passam de uns meros compiladores. Porém sempre vos quero exceptuar e nomear entre os Portugueses que hoje vivem e que fazem maior honra à sua Nação, dois eclesiásticos, cuja pasmosa erudição e Letras são conhecidas por toda a Europa. São eles o Exmo Bispo de Beja D. Fr. Manuel do Cenáculo, exemplar dos verdadeiros Prelados, cuja erudição e conhecimentos em todo o género de Literatura são quase sobrenaturais e o Padre António Pereira de Figueiredo, deputado da Mesa Censória, cuja fecunda pena tem dado à luz alguns volumes sobre Direito Canónico e História Eclesiástica, cheios de muita crítica e desabuso. A sua tradução da Bíblia Vulgata em que vai trabalhando tem merecido a todo o Portugal o maior aplauso.

Estes dois homens unicamente não pude denominar em uma conta dedicada a tratar dos Autores Portugueses, porque creio que os vindouros farão deles a mesma estimação que os vivos lhe tributam e talvez mais, tendo-se então já calado as vozes da inveja e do fanatismo.

## Carta 8ª

### Estado das Ciências em Portugal, Universidades, Colégios e Escolas

Depois que os Portugueses se libertaram do jugo castelhano e que no ano de 1640 puseram no trono a Sereníssima Casa de Bragança, hoje felizmente reinante, começaram a procurar tornar a colocar também as ciências no estado em que elas se achavam antes da perda de El Rei D.Sebastião. Porém os Reinados de D.João IV e D.Pedro II foram embaraçados com as guerras de Espanha. D.João V já teve tempo para esta obra digna de um príncipe. Porém está unicamente ocupado com fundações piedosas e eclesiásticas, pouco cuidou em promover as Letras. Contudo é digno de louvor por ter fundado a Casa da Congregação do Oratório de S.Filipe de Neri, em Lisboa, em que por uma escolhida Livraria e um Gabinete de Física, mandando que naquela casa se ensinasse gratuitamente à Mocidade, a Filosofia, a Teologia, a Moral, a Retórica, a Língua Latina e as primeiras Letras. Estes Padres, apesar da oposição que acharam nos Jesuitas que estavam na posse das Escolas do Reino, foram os primeiros que introduziram no Reino de Portugal a Filosofia Moderna e o bom gosto na Gramática, Retórica e Crítica. É certo que esta útil fundação espalhou no Reino muitas luzes e preparou os espíritos para a reforma completa de Estudos no Reinado de El Rei D.José.

Fundou também D.João a Academia da História Portuguesa que hoje apenas subsiste num ténue resto de alguns poucos sócios e mandou comprimir magnificamente tudo quanto aquele corpo escreveu sobre a História de Portugal.

Estas duas úteis fundações foram o que El Rei D.João V fez de mais



notável a favor das Letras, a cujo reinado se seguiu o de D. José I<sup>o</sup> e o nomeado Ministério do Marquês de Pombal, o qual depois da expulsão dos Jesuítas deste Reino, vendo que a mocidade ficava sem escolas, pois a Companhia estava de posse do ensino dela, a cujo título lhe tinham sido doadas e deixadas pelos reis e pelos particulares as copiosas riquezas que possuíam neste reino, criou muitas cadeiras de Grego, Latim, Retórica e Filosofia para professores seculares que instruissem a Mocidade nestes conhecimentos.

Depois vendo o deplorável estado em que estava a Universidade de Coimbra, a única que há neste Reino, em que se vão tomar os graus de Doutor nalguma das quatro Faculdades, mandou fazer novos estatutos e foi ele mesmo o dito Marquês a Coimbra dar nova forma aos Estudos. Vós conheceis pelos Diários de França e Itália o bem calculado destes Estatutos. Todo o mundo fala neles com elogio. Porém um observador filósofo ainda acha que notar neles o longo tempo de quatro anos que ali se prescreve para o estudo do Direito Romano, sendo só o quinto e final aquele em que os estudantes lêem alguma coisa do seu Direito Pátrio. Nota-se ainda mais nos Actos da Universidade o bárbaro uso de falar ora Latim, ora Português e de serem todos os papéis e dissertações escritas em Latim, a que obrigam os pobres rapazes.

A Medicina e as Ciências Naturais são ali muito bem ensinadas, o mesmo a Matemática. Porém a Teologia ficou no mesmo ou em pior estado que estava antes da Reforma.

Criou também o Marquês de Pombal os dois Colégios de Nobres, em Lisboa, e de Mafra, neste famoso Convento, em que a Mocidade é educada por Mestres Sábios e de bom gosto. Enfim podemos dizer que se os Portugueses têm adiantado alguma coisa nas ciências o devem ao Marquês de Pombal.

Porém depois da morte de El Rei D. José foram abolidas as cadeiras seculares de Línguas, Retórica e Filosofia, e passou outra vez o ensino da Mocidade para o claustro. Vós bem sabeis que pernicioso golpe para a educação dos mancebos e para o adiantamento das Artes e das Ciências.

Sendo as Religiões as que conservaram estas divinas Luzes no naufrágio do Império Romano e quem as conserva ainda hoje em quase todos os países da Europa; só em Portugal sempre os Regulares têm sido fatais às Letras. Já vos dei a causa disto na Carta em que trato do clero português.

Assim tem outra vez decaído o estudo destes Preliminares em Portugal e tem a mocidade perdido o fruto do seu ardor. Numa palavra, aquelas ciências que são aqui ensinadas por mestres seculares, como as Ciências Naturais, Medicina, Direito, Matemática, florescem muito mais do que as Ciências Sagradas, como a Teologia, a Moral e a Filosofia que estão regentadas por estes Mestres Regulares. Quero contudo exceptuar alguns destes professores do claustro que têm vencido as preocupações dos velhos e das opiniões da sua religião e que educam a mocidade nos sólidos princípios do bom gosto nas Ciências.

Aqui era o lugar de vos falar nas Academias de Portugal que são só duas: uma exangue e quasi espirante que é a sombra ou o fantasma da Academia da História Portuguesa, fundada por D. João V, que escreveu no seu reinado uns 10 ou 15 volumes em 4º e hoje está quasi morta, sem sócios, nem sessões e a outra das ciências e Belas Letras, fundada pelo Duque de Lafões em 1779, e que até o presente nada tem escrito por onde possamos julgar do merecimento dos seus sócios, vindo por este modo a ficar Portugal sem algum corpo académico que promova o fermento das ciências. Assim andam eles aqui vagantes e espalhadas, achando unicamente abrigo em algum particular que as recolhe e as cultiva no silêncio do seu gabinete.

A mocidade portuguesa, vendo o pouco caso que aqui se faz delas, applica-se pouco e deixa infrutíferos os vivos génios que lhes deu a Providência e a bondade do clima em que jaz situado este belo país.

Nas Cartas seguintes continuarei a mesma matéria. Sou

## Carta 9ª

### Estado das belas Letras

Aquela parte da Literatura a que os Gregos chamam Filologia, os Latinos Lectura humaniores e nas Belas Letras em que se contém o estudo das Línguas, da História, Poesia, Retórica e Crítica, é aquela em que os Portugueses sempre têm brilhado. Têm tido e têm ainda hoje alguns homens de merecimento nesta carreira. Porém sempre estes mesmos são cheios de defeitos pela falta de boa crítica e por se entregarem todos ao fogo da sua imaginação. Disto são boa testemunha todos os seus Historiadores, Poetas e Oradores dos séculos passados e bastantes dos mesmos modernos. Contudo, depois de um sábio Anónimo Português compor os dois tomos do novo método de estudar, alguma crítica mais razoável reina nos escritos dos literatos Portugueses.

No reinado de D. José Iº, formou-se em Lisboa uma Arcádia ou Academia de Poesia dos melhores poetas que então havia. Estes escreveram algumas peças dignas de louvor: um dos árcades era o famoso lírico Garção de quem já vos falei, cujas verdadeiras odes são na verdadeiro gosto de Píndaro e Horácio e que leva tanta mais vantagem ao nosso Malherbe e Rousseau, quanto a língua portuguesa é mais varonil e forte que a francesa. No mesmo género da ode se fez conhecer muito o Dr. António Diniz da Cruz e Silva hoje vivo e Desembargador na América, de quem se pode dizer o mesmo que de Píndaro dizia Horácio, isto é, que servet, ruitque profundo ore, tamanha é a elevação da sua Poesia. No género pastoril escreveu bem um Poeta, tirado como o Inglês Prior, de uma loja - de cabelcreiro, quero dizer, Domingos dos Reis Quita. Outros mais árcades

se fizeram assaz conhecidos neste tempo. Porém a tal Arcádia se dissipou em poucos anos e só dela resta o nome e a lembrança.

Hoje não há em Portugal, poeta algum que mereça maior estimação. Abunda porém muito o país de miseráveis improvisadores que sem mais estudo do que uma tal qual facilidade de versejar, rimando, se entende, se expoem ao riso do homem sensato que não acha na suas décimas ou quartetos, única espécie de verso em que improvisam o mínimo rasgo de poesia ou de instrução. Vivem porém estes ignorantes sumamente satisfeitos com os aplausos de quatro senhores e de outras tantas freiras que entendem tanto de verso como eles e que exaltam até às nuvens a graça e a galanteria das suas trovas e marujadas. Muitas vezes se junta a estes bons censores algum Grande do reino, gente costumada a idolatrar tudo aquilo que serve ao seu divertimento e que nunca se divertem senão com habiolas e bufões.

A Oratória Sagrada está hoje em Portugal no mesmo pé que na nossa França. Antes que escrevesse o Autor Crítico do Novo Método, era a prédica em Portugal o mesmo que em Espanha, antes que aparecesse o famoso livro de Fr. Gerundio do engenhoso Padre Isla. Porém os Portugueses conhecendo quão errado caminho seguiam, fizeram volta e tomaram por modelos os nossos Bortaloues, Massillons e Flechieres em cuja imitação se têm cansado utilmente. Têm hoje bastantes pregadores, bem dignos do Ministério que exercitam. Assim eles se empregassem mais no estudo da sua língua e não falassem um Francês aportunado ou um Português agasconado que faz náusea, tanto aos Portugueses, como aos Franceses, porque ambos vêem que o orador na mistura que faz não fala bem nenhuma língua.

Presentemente não há autor nenhum que escreva História em Portugal. O mesmo digo de obras de crítica de que não conheço em Portugal outro autor mais que o dito Anónimo do Novo Método de Estudar.

Neste lugar, creio que vos devo falar dos tradutores portugueses que é praga de que abunda hoje tanto a nação, como dos miseráveis improvisadores de que acima vos falei. Podemos dizer de Portugal o mesmo que o engraçadíssimo Padre Isla diz no seu Fr. Gerundio dos tradutores espanhóis que neste Reino é desgraçada aquela mãe que não tem um filho tradutor. Porém que! Quasi todos merecem o nome que os Italianos lhes dão comumente - tradutore, traditore - quase todos são daqueles que Mme de Sévigné compara aos criados que, quando vão dar um recado da parte dos seus amos, ou dizem muito mais ou muito menos ou mesmo o contrário daquilo que lhes encarregaram.

Alguma tradução de merecimento que há em Portugal é antiga como as de Virgílio, Tasso, Epiteto, Panegirico de Plínio e outros semelhantes. Neste tempo não espereis achar aqui os nossos Bruyères, Ablancourts, Vaugelas ou os modernos LaPlaces, de Isle, des Fontaines, Le Tourneur etc e outros raros tradutores da nossa pátria. Como para este delicado emprego se requer um grande conhecimento das línguas vernáculas e a estranha de onde se traduz, conhecimento que a quase todos lhes falta por ser gente sem estudos, nem crítica, pode-se aplicar muito bem a quase todo este povo tradutor, aquele verso de Pope no cânt. 1<sup>o</sup> do seu Ensaio sobre a Crítica.

« D' insectes mal formes une ingeance inutile. »-

Ou aquela galante Quadra que traz o Padre Isla no seu Fr. Gerundio.  
Victor al Pe Crispin,  
De los cubros culto sol,  
Que habló Espanol en Latino,  
Y Latin em Espanol.

Miseráveis são quasi todos na verdade. Duas versões vi do nosso Telémaco em Português: o autor de uma faz falar Fénelon uma linguagem antiquada e pedantesca, outro mutila este poema ao seu arbítrio, corta-lhe páginas inteiras, mistura-lhe longas páginas da sua insulsa e fria com-

posição de sorte que desfigura este chefe de obra da nossa língua até ao ponto de se poder exclaimar como Eneias à vista da sombra de Heitor.

« Hei mihi! Quales erat! Quantum mutatur abillo.»

Desejara que vós percebesseis como eu a língua portuguesa para vos poder mostrar as galantes ou extravagantes traduções das delicadas peças de Teatro de Voltaire e Metastasio, Apostolo Zeno e outros dramáticos famosos. Certamente ponieis as mãos na cabeça e gritaríeis contra estes depravadores das obras alheias.

Passo a acabar esta matéria, pintando-vos por fim o estado das Artes de imitação em Portugal e Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 10ª

### Música, Pintura, Escultura e Architectura

Com muita razão disse o sábio D. Nicolau António, na sua Bibliotheca Hispânica, «que os Portuguezes reinavam tanto na Poesia, como na Música, arrebatados por uma admirável propensão e inclinação do ânimo que os agitava como um entusiasmo». Esta confissão feita por um sábio de uma nação nada affecta à portuguesa, achei eu sumamente fundada e verdadeira, observando os progressos destas duas artes em Portugal. Já vos falei da Poesia, passarei agora a fazê-lo da Música.

É esta encantadora arte aquella em que os Portuguezes não só nos iguam, mas nos excedem muito. Vós bem sabeis que a nossa Música, por confissão dos nossos mesmos autores, como Rousseau e D'Alembert tem um carácter de languidez e frouxidão que a faz sumamente inferior à Italiana e Alemã. Tanto os nossos bons compositores, como os Cantores e instrumentistas, por mais excelentes que sejam, participam deste defeito.

Os Portuguezes porém tanto na composição, como na execução, abraçam a suavidade e gosto italiano com a majestade e profundo da música alemã. Desde o Reinado de D. José I até agora, conserva-se aqui a música no mesmo auge. Este monarca chamou para a sua ópera os mais famosos cantores que então havia, como Eggisseli, Caffarelli, Raaf, e outros. Chamou para mestre do seu seminário patriarcal e da sua câmara o famoso David Peres que aqui acabou a carreira dos seus dias. Enfim D. José como apaixonado e inteligente que era em música não poupou diligência alguma para promover os progressos desta arte em Portugal.

O bom efeito seguiu as diligências. Propagou-se por todo o Portugal

o bom gosto nesta Arte. Vêem-se aqui excelentes compositores, especialmente os Mestres do Seminário Patriarcal de Música, entre os quais, alguns, tanto nas Composições Teatrais, como nas de Igreja, não tem inveja aos Jornellis, Picinis, Durantes, Leos, Pergolesis e outros conhecidos autores da Itália. Do mesmo modo vós achareis aqui também cantores e instrumentistas que em nada cedem aos melhores da Itália e Alemanha. O nosso modo e gosto de cantar é singelo e o músico francês a nada mais se estende que a executar simplesmente aquilo que o Compositor escreveu. Aqui, pelo contrário, o conhecimento e gosto de fazer passagens e de adornar proporcionadamente toda a espécie de música é conhecido e executado por toda a classe de cantores, ainda mesmo os mais principiantes. Ouvei aqui cantar muitas senhoras com a maior elegância, energia e patético. Até o mesmo povo canta aqui os seus cantos báquicos e folgazões com outra galantaria que nas mais nações. O instrumento mais usado da plebe é a viola ou guitarre, como nós lhe chamamos: há mesmo entre esta rude gente, alguns que a tocam com uma viveza e perfeição que faz admirar a quem os ouve.

Isto em quanto a música. Na pintura é que os portugueses são muito pouco eminentes. Vós em vão procurareis aqui Le Bruns e Poussinis ou Ticianos e Veroneses, quasi tudo aqui são cópias e nenhuns originais. Não conheço aqui digno de fama excepto o cavalheiro Francisco Vieira que faleceu há poucos anos e deixou algumas obras dignas da Escola Italiana onde ele se foi aperfeiçoar.

Na Escultura também pouco florescem. Alguma coisa que há boa nesta Arte é de artifice estrangeiro, como as estátuas e relevos de Mafra que são obra de um escultor italiano Justi. Deste é discípulo Joaquim Machado de Castro que fez os belos emblemas de relevo e estátuas que guarnecem o pedestal da estátua equestre do rei defunto D. José I<sup>o</sup>, na Praça do Comércio em Lisboa. é este um bocado de escultura digno dos séculos de Augusto e de Leão X.

O mesmo digo da Architectura. O Real Convento de Mafra, cuja perspectiva e descrição vos remeto impressa é obra de Frederico Ludovici



Arquitecto Italiano. Na Corte de Lisboa não há obra moderna que mereça falar-se nela e que mereça comparar-se ao nosso Loscare, Tuilleries, Luxembourg, Sorbonne, etc.

No gosto gótico é que aqui em Portugal dois Conventos dignos de ver-se e são Alcobça, fundado por D. Afonso Henriques, em acção de graças pela tomada de Santarém aos Mouros e o Convento da Batalha, junto à vila de Aljubarrota fundado por D. João o 1º que ali ganhou uma insigne vitória contra os castelhanos. Estes dois conventos no seu género de gosto gótico são ambos magníficos e dignos de ver-se.

Tudo o mais é de pouca consideração. Há, contudo, em Lisboa, um singular monumento de Architectura que todos os estrangeiros admiram e vem a ser o soberbo aqueducto que conduz a água para todos os chafarizes da cidade, desde uns montes distantes desta Corte, mais de três léguas. Este formoso rasgo de Architectura, obra d'El Rei D. João V, é na verdade admirável, pelo bem acabado da obra, majestoso desenho, elevação dos seus arcos, em algumas partes, reservatório ou casa da repartição das águas por toda a cidade e outras mais circunstâncias que o fazem notável.

Em breve, meu querido Amigo, vos tenho rascunhado com a maior imparcialidade o quadro do estado presente das ciências, Belas Letras e Artes, em Portugal. Por eles vos podereis desenganar que se os portuguezes não occupam hoje lugar tão distinto como as outras nações, na orbe literária, a culpa não é da gente que é aptíssima para tudo o que são operações de espirito, mas sim da falta de resortes e movimentos superiores que elevem os ânimos à emulação e ciúme literário: únicas fontes de onde nascem as copiosas correntes das ciências que vêm banhar os espíritos de uma nação inteira.

Passarei, pois, a entreter-vos com outras matérias igualmente interessantes. Sou Vº.

## Carta 11ª

### Agricultura

O Reino de Portugal que, segundo um apurado historiador desta Nação, desde o Reinado de El Rei D.Dinis, até o de D.Fernando, bastaria de pão, não só a si próprio, mas ainda aos estranhos, jaz hoje num estado bem diferente. Começando com o Reinado de D.João I os Descobrimientos e conquistas desta audaz gente, começou também a afrouxar com este novo entusiasmo o cuidado que no governo dos reis pacíficos davam à lavoura e cultura das terras. Veio depois a funesta decadência da monarquia em 1578 na batalha de Alcácer, caiu então de todo a agricultura, assim como todas as mais ciências e artes da indústria. Ainda agora, depois de passados dois séculos desde este golpe, é que vai Portugal começando a respirar de tão sensível estrago.

Com effeito, sendo este país fecundíssimo, admira o pouco que dele se vê cultivado e no mesmo cultivado vós achareis uma agricultura selvática e brutal que se pode quasi chamar abandono ou falta total das regras desta a mais nobre de todas as ciências.

Vós ireis viajando por Portugal e num país tão fértil e tão reduzido a admiráveis, vastas charnecas, vales, ribeiras e vaizeas incultas, cheias de mato. Vereis terras as mais aptas para searas, bosques, vinhas, olivais etc. estarem quase gritando por uma mão benéfica que venha tirá-las daquele vergonhoso ócio. Vereis noutras partes quase sempre errada a escolha das plantações ou sementeiras nas terras cultivadas. A vinha onde devia estar o olival, a seara onde devia estar a vinha, o olival onde devia estar a seara. Assim do resto. Vereis as terras mal abertas, pouco *ilegível*. Os olivais mal

plantados, mal aproveitados, as vinhas mal cavadas, mal escolhidas as suas castas, etc. Observareis por toda a parte uma louca ambição de plantar vinhas e de cuidar neste único género de cultivo, desprezando todos os mais. Esta paixão dominante nos portugueses tem tornado o seu reino uma vinha continuada. Vales, montes, charnecas, vaizeas, ribeiras, por toda a parte se vêem verdejar os *ilegível* e luzir os cachos. Têm os Portugueses conhecido o apreço que dos seus vinhos fazem todas as nações do Norte da Europa e com que ânsia lhos vem buscar e levados deste interesse vão aumentando quanto podem as vinhas para aumentarem o seu útil. Porém eles se enganam. Não escolhendo as terras e castas de uvas próprias para o vinho e deixando ao desamparo os outros géneros, vêm a pôr-se na precisão de os comprarem ao estrangeiro, como se vê maiormente no trigo e na cevada.

A província só do Alentejo era capaz de fornecer pão para todo o Reino. Porém a maior parte jaz inculta. Depois disso falta de rios ou de canais para o transporte dos grãos, se vê obrigada a vendê-los por um vil preço e aplicar-se a outros ramos a Agricultura que lhe dê mais lucro.

Muita parte da culpa deste infeliz estado da Agricultura têm os senhores e donatários das terras na dureza com que tratam os seus caseiros e rendeiros. Além disso, aqui não há sociedades, academias ou escolas que promovam este útil estudo. Depois disso há aqui uma sensível falta de gente mercenária para o amanhã, falta procedida da decadência da população em Portugal, cuja decadência vós podeis bem crer de onde nasça. Vós que tendes meditado tanto Montesquieu e o Amigo dos Homens. Enfim todas estas causas juntas, sobram, para não dizer bastam, para o miserável estado deste precioso ramo da indústria de um povo.

O filósofo, o patriota, o homem sensível geme de ver um país tão fértil, nas mãos da inércia e da frouxidão. Os bons portugueses suspiram e rogam ao céu que faça tornar ao mundo um rei agricultor, como foi o seu D. Dinis, este grande génio cultivador e povoador que tanto apreço soube dar ao lavrador e ao pai de famílias. Virtudes com que adquiriu o glorioso nome de lavrador e pai da pátria. Nomes mais doces e mais satisfatórios

para uma alma verdadeiramente grande do que os títulos de guerreiro, invencível, magnífico, dados quase sempre com bem pouca razão a esses génios maléficos que o Céu envia à terra na sua cólera, assim como manda as pestes, as tempestades, as fomes e os terramotos. Quando este esperado génio aparecer em Portugal então sairá a agricultura do estado de sonolência e letargia em que agora se acha e será este belo país tão útil, quanto é deleitável.

## Carta 12<sup>a</sup>

### Fábricas

Quase que pudera eu poupar esta carta dizendo-vos no fim da precedente em que tratei da agricultura que applicasseis o mesmo que eu digo do estado dela em Portugal ao em que se acham as fábricas neste reino e tereis um completo quadro desta parte da indústria nacional. Porém ainda que seja breve, sempre nesta carta quero satisfazer a vossa curiosidade.

Não há talvez reino algum no mundo mais próprio para a subsistência e aumento das fábricas, nem que mais abunde nos materiais necessários para a sua manutenção. Excelentes águas, tintas, lãs, minerais, etc, tudo em Portugal se produz com abundância e tudo quanto é empregado por artífices habéis iguala ou vence os trabalhos das mais afamadas fábricas da França e Inglaterra.

Porei, por exemplo, um dos géneros das Fábricas deste Reino que mais consumo tem e em que se têm esmerado mais os portuguezes, quero dizer os chapéus. Nas fábricas que há deste género em Lisboa, Pombal, Elvas e outras partes do reino se trabalham com tanto asseio e perfeição que vencem em todas as qualidades os Franceses e Ingleses. O mesmo se pode dizer com pouca diferença dos panos fabricados neste Reino, em *ilegível*, Covilhã, Portalegre, etc, e nas cambraias, *ilegível*, morselinas de Alcobça.

Porém sem embargo da aptidão das terras e suas produções, dos bons engenhos e seus esforços, pouco se tem adiantado em Portugal este ramo de indústria. Não posso verdadeiramente atinar com a causa desta abjecção em que aqui se vêem as fábricas. O Marquês de Pombal, no reino

do passado, sentindo o dano que padecia a nação em fazer passar os seus cabedais a Reinos estranhos, por géneros que podia fabricar nas suas terras, onde deixasse o preço deles ou fundou, ou aumentou todas as fábricas de Portugal. É incrível o benefício que nisto recebeu a nação. Rapazes de baixa extração que não podiam aspirar a coisas maiores e que não podendo acostumar-se a empregos servis ou muito penoso se viam condenados a passar a sua vida numa pernicioso ociosidade, abjecto seminário de que saem os jogadores, os requerentes de causas, os contrabandistas e mesmo os ladrões e os homicidas. Passaram ditosamente a ser membros úteis da sociedade e a servir as suas comodidades. Aumentaram-se os matrimónios e por consequência a população. Cresceu a policia, o asseio, cresceu a abundância dos géneros precisos para as comodidades da vida e o dinheiro que saía do reino para engrossar os estrangeiros tornou a girar dentro nele e a fazê-lo mais opulento. A muitas destas Fábricas se deram isenções e privilégios exclusivos, um dos grandes meios de as aumentar e aperfeiçoar.

Porém no presente reinado se tem cuidado pouco em conservar e adiantar o que D. José começou. Os fabricantes vendo-se pouco favorecidos começaram a trabalhar pouco e mal, a desamparar as fábricas e occupar-se noutros exercícos que lhe fossem mais úteis.

A única fábrica que se tem promovido e favorecido mais neste reinado é a de vidros, junto à vila da Pederneira, na Estremadura, governada e dirigida por Guilherme Stephens, inglês de nação. Este homem modelo da política e de cortesia tem sabido atraír a atenção da corte pelas suas excellentes qualidades. Hoje trabalham-se nesta famosa fábrica vidros de todos os géneros que não têm inveja aos melhores de Inglaterra e Alemanha.

Acho, meu querido amigo, arraigada neste povo uma preocupação muito danosa para o aumento das fábricas e da perfeição das suas obras. E vem a ser a cega opinião em que estão de que tudo quanto é estrangeiro vence incomparavelmente as obras nacionais. Só porque um pano, um vidro, etc, é filho de Portugal tem perdido metade do seu valor, ao mesmo tempo que adquire mais outro tanto, se é fabricado em França, Inglaterra, Itália, etc. Não posso concordar esta mal fundada opinião com a grande

estimação que de si e de tudo o que é seu fazem os portugueses e com a desmedida presunção que de si têm.

Quando esta preocupação se acabar e quando também se acabarem uns tantos obstáculos poderão então as fábricas de Portugal fazer alguma figura distinta entre as famosas da Europa. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 13ª

### Comércio

À vista do que vos eu digo nas duas precedentes cartas sobre o estado das fábricas e agricultura em Portugal, bem podeis vós, meu querido amigo, fazer já ideia do estado do seu comércio.

Como aquelas duas fontes de comércio activo ou de exportação se acham tão atenuadas, bem crível é que o comércio de Portugal seja todo passivo e de receber o que lhe trazem de fora. Andam tão ligados estes três pontos de agricultura, fábricas e comércio que em decaindo um é forçoso que também caiam os outros: e em se elevando um ou dois o restante ou restantes também se levantam.

Como os frutos da natureza e da indústria neste Reino são poucos e apenas bastam para o consumo do Reino, de nenhum modo podem os portugueses levar para os reinos estranhos aquilo que precisam para si. Há contudo alguns géneros que lhes sobejam como v.g. vinho, azeite, sal, milho. Porém estes mesmos géneros que eles podiam exportar nos seus baixéis a países estrangeiros sofrem que lhos venham buscar os Ingleses, Holandeses, etc.

Para a América e Índias Orientais é que os Portugueses fazem o seu comércio.

Sem embargo de uma lei de D. José que nobilita os comerciantes e do muito favor, honra e distinção com que foram tratados no reinado passado, contudo ainda esta soberba Nação persiste na arrogância e opinião de que é vil e indigna de um homem ilustre a profissão de negociante. Apenas, ou talvez nunca, achareis aqui um ministro, um militar distinto, um cavaleiro de província que não julgue uma injúria feita ao seu ilustre



sangue mandar seu filho para uma casa de negócio do Reino ou fora dele. Antes querem metê-lo a torto e a direito em alguma religião em que vai servir de um peso e opróbio a mesma religião e às vezes até a sua mesma família. Porém disto falarei mais devagar.

Causa-me admiração que uma nação tão intimamente aliada com a inglesa e que tanto tem adaptado os seus modos e maneiras persista contudo neste errado modo, ao mesmo tempo que está vendo em Londres serem os filhos daqueles Lords e senhores titulares os primeiros negociantes. Ao mesmo tempo que está vendo a consideração que se tem em Inglaterra para com um comerciante de cujo grémio se tiram muitas vezes embaixadores e enviados, como vimos há poucos anos Milord Fakner a quem Voltaire dedicou a sua admirável tragédia Zaira, passar do seu contador de Londres para a embaixada de Constantinopla e depois para outros cargos ministeriais em Inglaterra que admirou nele abraçadas a instrução, o bom gosto e o polimento de um perfeito ministro.

Este erro dos Portugueses é uma das causas de que o comércio não avance. Não há axioma mais certo do que honor adit artes. Se honrardes os professores vereis aumentar-se o seu número e aperfeiçoar-se a profissão. Tudo pelo contrário, se desprezamos qualquer classe de gente.

Por esta razão quase todas as grandes casas de comércio de Lisboa e Porto são inglesas ou francesas. Os negociantes destas duas nações vêm aqui estabelecer-se e assim todo o tráfico do reino, levando dele e trazendo os géneros que julgam mais lucrativos e preciosos.

Se esta nação tão felizmente situada pela Providência acordasse um dia do seu letargo e caminhasse sobre as pisadas das mais nações da Europa, promovendo e honrando a preciosa ciência do comércio, por quem os reinos se fazem poderosos e respeitados, veríamos sair Portugal da tutoria em que vive com a inglesa e fazer per si uma figura brilhante no Universo, como já fez pelos seus Descobrimientos e conquistas. A Providência lhe repartiu tudo quanto é preciso para isto. Boas terras, bons frutos, bons engenhos, bons portos; enfim tudo quanto se pode apetecer. Passemos agora a outras matérias diversas e não menos interessantes. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 14<sup>a</sup>

### Armas, fortificações

Sempre esta brava Nação Portuguesa floresceu na glória militar. Na Europa, nas suas contínuas guerras com Espanha, na Ásia contra os Mouros, Malaios, Persas, *ilegível* etc, na África contra os Marroquinos e nações da costa do Oriente desta grande parte do mundo e na América contra os seus nacionais e contra os Holandeses e Espanhóis. Nunca estes puderam abater e domar esta forte gente, senão naquela infeliz época da perda de D. Sebastião em Africa, quando este reino estava falto de tudo, de gente, de dinheiro, de tropas, de capitães etc. quando, por, assim dizer, se tinha o Reino sepultado com o seu rei nas areias da África. Porém apenas pode levantar a cabeça, sacudiu o jugo e tornou à sua antiga liberdade.

Presentemente goza este reino de uma tranquila e sossegada paz pela sua íntima aliança com Castela. A tropa vive em sossego nos seus aquartelamentos e praças exercitando-se no manejo e mais instruções militares.

São quase 40.000 homens que Portugal sustenta em armas agora mesmo no reino e continente da Europa. Os seus uniformes, manejo e regulamento é tudo feito à Prussiana pelo Marechal Príncipe de La Lippe que na última guerra de Portugal com Espanha veio comandar as tropas deste reino. Algumas pessoas, principalmente estrangeiros, notam que em um tempo de paz esteja reino sustentando um tamanho número de tropas com tamanho dispêndio da Coroa, podendo muito bem evitá-lo, diminuindo o número dos soldados, não o dos oficiais e reduzindo a lotação dos regimentos à metade da gente que agora tem ou deve ter. Assim se utilizava a coroa e se conservava o mesmo número de regimentos.: haven-

do algum rumor de guerra de repente se levantam as companhias precisas para formar o corpo do exército que se julga necessário para a defesa e guarnição do reino. Para uma campanha podem-se formar soldados em muito pouco tempo. Deste modo, consegue-se também descansar as províncias das contínuas levas e recrutas; a população aumenta e a agricultura toma novas forças; porque saíndo quase toda a tropa deste reino, como sucede em todos os mais da Europa, do meio dos campos e das aldeias e não do seio das vilas e das cidades, de onde pedia a razão que se tirasse aliviando assim a sociedade de uma tropa de ociosos, vagabundos e jogadores que a corroem; saíndo, digo, quase toda a tropa do meio dos campos e das aldeias, é forçoso que, pouco a pouco, se vá debilitando a lavoura, afrouxando os amanhos, desertando as casas e criando-se ódio à preciosíssima vida de lavrador.

É incrível o trabalho que aqui tem a tropa com o contínuo exercício e manejo. Disto e do ténue soldo que têm os soldados que apenas têm diariamente cinco soldos da nossa moeda de França e um pão de péssima farinha procedem as contínuas desordens para Castela. Ouvi dizer que militavam neste reino mais de 800 mil portugueses. Se assim é, vede vós, meu querido Amigo, que grande ruína está experimentando este Reino quotidianamente. Diminuíndo a tropa, como acima disse, e aumentando os soldos da que ficasse, conseguia-se evitar mais este dano das contínuas deserções e evacuação do reino.

Todos os amigos da Humanidade também suspiram por ver um novo regulamento e código de leis para a tropa. O que se observa é feito pelo Príncipe de La Lippe que carregou terríveis e desproporcionadas penas, ainda os mais pequenos crimes. Não são os cérebros portugueses tão pesados e tardos como os Alemães e nações do Norte; o demasiado rigor os transporta; e em vez de se conseguir com o castigo rigoroso o emendar um soldado mau, ele, ou deserta, ou perde de todo a vergonha, e se faz pior, ou morre nos Hospitais, extenuado pelos bárbaros castigos, que são a vergonha de um século em que escreveram Montesquieu e o ilustre Marquês Beccaria.

No regimento de cavalaria de Castelo Branco, aquartelado em Torres Novas, é onde se pratica a mais áspera e cruel disciplina no ensino das recrutas. Por isso são tão frequentes as deserções que quase se não passa dia algum que não desertem não só recrutas, mas até os mesmos soldados veteranos e, por isso, o regimento nunca está completo, nem o estará, enquanto o seu chefe, João Dordas, cuja instrução e talento militar o fazem conhecido em Portugal, consentir que alguns dos seus subalternos a quem está incumbido o ensino das recrutas, tratem com tanta crueldade os miseráveis Galuchos acostumados tão somente a guardar gados e a trabalhar no fabrico e cultura das terras. Pelo mais leve descuido que tenha um soldado estando na forma é ali mesmo abastonado, além da prisão de oito dias, o que sucede frequentemente.

Observei que quase todos os ladrões que via neste reino e cadeias públicas erão soldados desertores e foragidos. Os grandes e terríveis castigos devem ser tão raros, como os grandes e terríveis crimes. Aliás por uma lei própria da natureza humana, perdem o vigor as mesmas penas e sucedem novos crimes aos já perpetrados.

Sem embargo disto a tropa portuguesa é das mais fortes e sofredora de trabalho de toda a Europa. Quase todos os soldados velhos e antigos são homens honrados e capazes de desempenhar em qualquer ocasião as suas obrigações. Têm também os portugueses excelentes oficiais. Porém não oficiais, digo, Generais de que estão absolutamente faltos, o que procede de que vivendo este reino com paz, e não costumando os fidalgos dele viajar e servir as coroas estrangeiras que andam em guerra, não tem assim a nobreza militar conhecimento algum da prática e manejo da guerra e de uma campanha.

Nota-se também neste reino o pernicioso uso de nunca mudar as tropas de uns a outros aquartelamentos e guarnições, como se está usando em Espanha. Deste modo se conservam os soldados, fazem-se paisanos, arraigam-se nas terras, aumentam-se os casamentos, o que é danoso na milícia e quando chega uma ocasião de guerra não podem aturar as marchas e os incómodos da campanha.

Este é o estado das armas em Portugal. As fortificações deste reino são quase todas antigas, excepto uma ou outra praça que fortificada depois da revolução de 1640, como Elvas, o Forte de Santa Luzia e o de La Lippe junto a esta praça: a praça de Valença, no Minho, em que se vêem algumas obras, segundo o método nosso famoso Vaubon e alguma outra fortaleza moderna.

Porém a maior parte destas praças estão num total abandono. Pequenas e miseráveis guarnições, má e pouca artilharia, carretas quase podres, arruinados os quartéis. Enfim, causa espanto como o Ministério de Portugal nada cuida de uma coisa tão importante à fortaleza, defesa, decoro e respeito de uma coroa. A situação deste reino e não ter que temer guerras, mais que de Espanha, faz este efeito. Unicamente nas praças que ficam na raia de Castela é que se observa algum asseio e cuidado.

Devo confessar que nesta parte de asseio e abundância me causaram sumo gosto os dois arsenais de guerra, apetrechos militares de Lisboa e Estremoz. Ali se acha uma grandíssima quantidade de todas as armas e instrumentos precisos para a guerra. É digno de louvor o asseio, o arranjo e a boa ordem em que tudo ali se vê. A casa de armas, em Lisboa, está junta com a fundição de artilharia deste reino que ali governa e dirige o brigadeiro Bartolomeu da Costa, um dos grandes génios que tem hoje Portugal e que fundiu a estátua equestre e colossal de D. José I<sup>o</sup> que se vê na Praça do Comércio desta cidade. Tudo quanto sai desta fundição e oficina é notável pelo bem acabado e perfeição da obra. Enfim esta é uma das mais bem dirigidas e asseadas fábricas de toda a Europa.

Não vos falo na Marinha Portuguesa porque não merece o trabalho de vos entreter com tão pequeno assunto. A soberana hoje reinante começa ainda agora a cuidar nesta parte da sua tropa e assim tudo nela são ainda agora princípios. Poderá com o tempo vir a figurar no mundo, porque os portugueses são excelentes homens para o mar. Agora irci pintar-vos o quadro de alguns particulares desta nação, e depois vos rascunharei em breve a História do Espírito dos dois últimos reinados de Portugal, João V<sup>o</sup> e José I<sup>o</sup>. Para finalizar o meu trabalho e a análise que vos prometi. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 15<sup>a</sup> Grandes

Pedia a razão, meu amigo e senhor, que falando-vos eu tanto do povo português dedicasse uma carta separada para tratar nela daqueles homens que não querem ser povo, não podendo ser deuses e que em todas as nações são nomeados por Grandes, apelido que quase sempre se lhes dá com bastante ênfase e muitas vezes com suma ironia. Bem sabeis vós que são estes privilegiados mortais aqueles que dão o tom à nação que adopta cegamente todas as modas e prejuízos que eles abraçam.

Assim pois vou falar-vos nos Grandes de Portugal que estudei cuidadosamente enquanto estive neste reino e que me lisonjeio de conhecer perfeitamente e talvez melhor que todas as outras classes da nação.

A arrogância e presunção que tanto caracterizam esta nação, assim como a espanhola, em nenhuma parte se deixa melhor conhecer do que nos Grandes. São aqui todos umas máquinas aerostáticas, uns globos cheios de fogo que se elevam por força da sua leveza e ardor. Não somente têm em pouco ou em nada o povo e o estado médio, porém ainda mesmo uns aos outros se desprezam mutuamente ou pelos seus cargos ou pela sua antiquíssima ascendência. Se os cremos, podem fazer a árvore de costado da sua família até Noé, ou mesmo até Adão. São escrupulosíssimos nisto de genealogias e quase se parecem com os antigos Hebreus. Até mesmo havia umas tantas casas grandes neste reino que não casavam se não em outras suas parentas por não mancharem o puríssimo esplendor da sua antiga prosápia com um sangue alheio, ainda que tão escolhido como o seu. Esta seita de puritanos, como lhe chamava com bastante graça o povo

português se extinguiu no reinado passado. O Marquês de Pombal desmanchou todos os casamentos que estavam tratados entre estas casas parentas e as obriga a irem casar a outras apartadas, ainda que igualmente ilustres.

A esta arrogância e presunção dos Grandes de Portugal anda junta a ridícula confiança que têm na sua capacidade para qualquer cargo ou emprego e para poderem falar e decidir em qualquer matéria que nunca leram, nem estudaram. São teólogos, jurisprudentes, filósofos, humanistas, médicos, agricultores, comerciantes, etc, e nada são, porque como nada se aplicam às Letras, nem na sua infância lhe inspiram amor às Ciências e Artes que unicamente podem fazê-los consideráveis, apenas têm de memória algumas ideias e definições a passagens vagas de matérias científicas que aplicam sem pés, nem cabeça, e como lá dizem a torto e a direito, expondo-se assim ao riso dos homens sensatos e de Letras que se vêem obrigados a condescender com as suas blasfêmias literárias e que lá no seu interior mofam ou se compadecem destes miseráveis pavões que todo o seu merecimento têm no brilhante e doirado das suas plumas, sem a natureza os ter dotado das vozes sonoras, nem de figuras elegantes.

Igualmente se expõem ao riso do público nos cargos da República que procuram, aceitam sem os conhecimentos e requisitos necessários para eles.

Na verdade em poucas partes se achará nobreza menos instruída que em Portugal. Porém também em nenhuma parte se acharam Grandes que menos procurem adquirir conhecimentos. Nem estudam, nem viajam, nem procuram o trato e amizade dos homens sábios da nação. Apenas se achará um ou outro fidalgo que tenha uma livraria que o conheça, que tenha saído fora de Portugal unicamente com o fim de se instruir e que se veja rodeado de sábios e de homens de bom gosto. As leis e costumes da nação fomentam esta vergonhosa ignorância, pois os lugares e os empregos se dão aqui todos à nobreza e nenhuns ao merecimento. Olham pois estes senhores a Ciência como uma coisa vil e mecânica de que unicamente se devem servir os Homens para ganhar a vida e o pão quotidiano.

Assentam que o céu lhes infundiu benignamente todas as Luzes e conhecimentos necessários para falar catedraticamente de todas as matérias. Voltam pois todos os seus cuidados e todos os seus favores para aqueles exercícios e homens que podem lisonjear as suas paixões e sensualidades. Sempre os vereis rodeados de picadeiros, toireiros, tafues, miseráveis trovistas, improvisadores, etc., e outras diversas espécies de parasitas ainda mais inúteis e mais infames. Estes homens e as suas profissões são todos os seus amores e delícias. Sobre eles e sobre as suas famílias fazem chover os benefícios do trono que eles rodeiam e para melhor dizer bloqueiam. Bem vedes, meu querido amigo, quantos danos provém ao Estado destas perniciosas preocupações em que vive a nobreza deste reino.

Nos séculos passados ouvi dizer que houvera aqui alguns fidalgos sábios: como vg. no reinado de D. João V, em que florescia os Ericeiras, Alegretes, Taroucas e outros fidalgos de grandes luzes e instrução. Neste século apenas se encontra um ou outro fidalgo que ame as Letras e que as cultive.

Onde eles mostram mais a falta de instrução e em que dão mais e em que dão mais a conhecer quão fracas são as suas Luzes é nos governos ultramarinos e nas embaixadas e enviaturas às cortes estrangeiras. Nestes lugares ou se entregam cegamente a um secretário ou a um familiar que os dirija, ou se despenham em milhares de erros e de grosserias. Há pouco vimos no Pontificado dos dois Clementes XIII e XIV um fortíssimo exemplo disto no miserável Comendador Almada que estava em Roma com o carácter de Embaixador de Portugal. Este homem de uma ignorância pasmosa, de sorte que nunca escreveu uma carta, nem mesmo à sua mãe, sem ser notada por outra pessoa, fez naquela corte o centro da política e da delicadeza as acções mais rústicas e mais estúpidas. Dura e durará eternamente a sua fama naquela famosa capital.

Porém nas províncias das Indias Orientais e Ocidentais, não somente se fazem ridículos os governadores que vão governá-las, porém servem também muitas vezes de flagelo e castigo dos miseráveis povos que vexam e aterram com as suas absolutas tiranias e roubos. São ali umas vivas imagens dos Baxás Mahomertanos.



Quase todos os Grandes de Portugal são sumamente glutões e sensuais. Põem um extremo cuidado nas suas cozinhas e as horas do jantar , ceia e almoço são para eles umas horas do maior prazer. Comem em demasia e muitos também bebem sobejamente. Deste modo arruinam não só as suas mesmas saúdes. Apenas tocam os quarenta anos já quase todos se vêem pesados, cheios de moléstias e de enfermidades que são consequência fiel da gula e da intemperança no comer.

Pudera estender mais este pequeno quadro que vos faço dos Grandes de Portugal; porém temo enfadar-vos e que me digais que os Grandes em toda a parte são Grandes, assim como o povo é povo em toda a parte. Tendes razão. Estes vícios que acabo de apontar são os mais peculiares deste reino, onde não deixam de se achar fidalgos muito estimáveis, instruídos e livres das preocupações do seu grau. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 16<sup>a</sup> Divertimentos

Não há talvez parte, meu querido amigo, em que melhor se dê a conhecer o carácter de uma nação, de um povo, de uma cidade, do que no género e espécie dos seus divertimentos públicos. Nestes desafogos do trabalho quotidiano dos povos em que o luxo triunfa e as paixões se mostram às claras, ninguém se receia do seu vizinho, fala como pensa e pensa conforme a educação que recebeu. Tal é o carácter distintivo das nações, tal o carácter dos seus divertimentos.

Por esta razão determinei escrever-vos alguma coisa do que tenho observado dos divertimentos públicos dos portugueses para ajudar a formardes ideia desta nação.

O espírito antigo cavaleiresco e fanático deste povo descobre-se ainda muito bem em dois dos principais divertimentos deste reino: quero dizer, nas corridas de toiros e nas romarias ou peregrinação aos santuários antigos. Muitas vezes se vêm unidos estes dois divertimentos, porque não há romaria alguma mais famosa em que se não corram toiros dois ou três dias. Vós talvez vos admirareis de que eu chame divertimento e diversão às romarias, sendo uma instituição tão pia e devota. Porém sabej que esta instituição tão pia, nos seus princípios, e tão devota, se vê tornada hoje em um divertimento da maior liberdade para os povos de Portugal que esperam pelo tempo em que hão-de ir em romaria a tal santuário, como os venezianos esperam pelo seu Carnaval.

Porém os eclesiásticos deste reino continuam a autorizar com as suas presenças e aprovação estas cenas de deboche e de libertinagem. Vós

encontrareis em todos os povos ou ajuntamentos círios. Ihe chamam os portugueses, cujo nome provém de uma grossíssima tocha que levam ao santuário a que vão em romaria, o qual círio leva gravado o nome do lugar ou vila que o oferece e arde diante do altar a missa maior, assim como a tocha ou círio pascal nestes alegres dias, encontrareis, vos dizia, em todos estes círios quase sempre o cura, ou abade daquele lugar ou aldeia que vai cantar a missa ao santuário e presenciar ali todos os desenfreados descaminhos da embriaguez e do deboche. A religião não pode aprovar semelhantes erros. A política sim, porque ali se formam os casamentos, toma força o luxo, se consomem os víveres e mais de um português deveu o seu nascimento às orgias nocturnas ou ajuntamentos báquicos e nocturnos destas piedosas funções. As mulheres portuguesas também devem promover e autorizar estas romarias, porque não gozando elas de tanta liberdade, como em França, ou Inglaterra, há tal pobre donzela que está esperando pelo tempo em que a sua família há-de ir à romaria para aparecer ao mundo, fazer tremular os seus adornos e muitas vezes premiar as finezas e suspiros do seu amante. Porém quem deve promover e defender mais esta usança são os eclesiásticos, confrarias e irmandades dos mesmos santuários. São incríveis os roubos, monopólios e extorsões que neles se praticam com a capa da religião de sorte que podíamos muito bem dizer a estes ambiciosos rendeiros dos santuários de Portugal o mesmo que Cristo Sr. Nosso disse quando fulminou os que vendiam nos átrios dos templos - Domus mea, domus Orationes vocabitur et vos facitis eam speculnçam Latronum. Pudera dizer mais quanto aos círios. Porém como tenho mais em que falar-vos, passo aos toiros. Ainda aqui resta este sinal do espírito quixotesco e cavaleiresco da nação. Ainda aqui mandam os fidalgos deste reino seus filhos aprender a tourear e se estima um homem que sabe picar bem um boi, como noutros países se estima um hábil Anatómico ou Matemático. É bem verdade que tem decaído muito o furor com que a Nação seguia estas festas e se acham já muitos homens que detestam e abominam este bárbaro brinco, em que a vida de um homem ou para melhor dizer a de muitos se expõem a brutal fúria de um animal,

o mais bravo e o mais possante que temos na Europa. Causa admiração como a legislação das Espanhas não tem ainda proibido rigorosamente tão bárbaro e abominável divertimento que priva a lavoura de tantos centos de bois e de guardadores e que perseguindo as leis os foragidos, ladrões e matadores deixe livremente andar vagando pelos campos tantos assassinos, quanto são os toiros que se conservam, que não se contentam com as bolsas e com as fazendas como muitas vezes se contentam os salteadores. Mas que unicamente fazem tiro à vida do pobre viajante que vai caminhando bem despercebido de que nenhum campo plano e no meio de uma estrada em pleno dia o está esperando a sua morte, com aprovação e consentimento das leis e dos magistrados.

«Quod genus hoc hominum, quove hum tam barbara morem  
Permitit patria?»

Posso assegurar-vos que em algumas das minhas viagens por Portugal me vi em bastante perigo com estes animaizinhos que os rodomantes portugueses conservam para seu divertimento. Posso também assegurar-vos que nunca me quis achar em nenhuma festa de toiros por mais que a mim me rogassem, pois sempre me pareceu uma sensaboria, não falando já na barbaridade, aquilo que os portugueses gabam de destreza, quero dizer, andar iludindo e furtando as voltas a um animal e achar prazer em ver por divertimento um assougue ou matadouro de bois, ouvir berros destes animais, ver sangue ou o seu ou humano, pois rara será a função de toiros em que não hajam desgraças nos toureiros ou espectadores. Em uma destas festas morreu rebentado de um cavalo abaixo o Conde de Arcos, pai do que agora vive. Porém deixemos esta matéria e não falemos mais neste duelo que as leis portuguesas proíbem com os homens e permitem com os brutos. Pasmosa incoerência!

Os demais divertimentos desta nação são os mesmos do restante da Europa, vg. máscaras, fogos de artifício, cavalladas e outros alguns.

Dos Teatros portugueses, no Reino só os há fixos e estáveis em Lisboa

e no Porto. A Architectura e fábrica destes Teatros é misérrima e muito pior que a dos Teatros franceses, contra cuja mesquinhez tanto clamou o nosso Voltaire. Os seus actores e comediantes são todos gente de baixa plebe, sem sombra de instrução alguma. Apenas sabem ler e por isso são lamentáveis os papéis que aparecem no Teatro Português no género trágico e no alto cómico. Em vão procurareis aqui Barons, Champmeles, as Couvreurs, as Clairous e outros brilhantes adornos da nossa cena: os cómicos portugueses, no sério e sublime, ou fazem rir, ou dormir.

Porém em uma coisa nos levam vantagem os Portugueses e é na excelente orchestra dos seus Teatros. Já vos disse que a nação portuguesa era eminente na música assim vocal, como instrumental. Com efeito, só pelas agradáveis e bem exercitadas sinfonias e aberturas dos Teatros portugueses se fazem eles toleráveis. O mesmo vos digo das danças e pantomimas em que esta nação é inimitável.

As peças que se representam são quase todas traduzidas dos trágicos e cómicos da França, Itália e Castela. Porém que miseráveis e péssimas traduções! Sucedeu-me ver representar aqui algumas peças de Voltaire, Metastasio, Goldoni, Molière, etc, que tinha lido nos originais e não as conhecer, se não depois de me dizerem que eram aquelas. Quase todas estas peças dizem no frontespício \_ traduzida, segundo o gosto do Teatro português \_ o que consiste unicamente em lhe imbutirem se são tragédias ou óperas dois ridículos bufões ou graciosos que dizem mil sensorias e frioleiras com que fazem perder ao drama muita parte do seu interesse e viveza.

O que eu creio que vós podereis concluir deste pequeno rascunho dos divertimentos portugueses é que nesta nação ainda resta muita parte dos costumes arábicos e mouriscos, ainda falta bom gosto e sobeja rustiquez e barbaridade. Isto é o que eu concluí também. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 17<sup>a</sup> Educação

Estamos hoje num século, meu amigo e senhor, que deseja fortemente ver a luz da verdade e que já começa a entrevê-la por entre as pardas nuvens e espessas sombras das preocupações e prejuízos antigos que contudo tão arreigados se acham ainda em algumas cabeças ou para melhor dizer, na maior parte delas, visto que a maior parte dos homens, quia imberbes dedicere, senes perdenda fateri, turpeputant.

Porém, contudo, apesar dos velhos erros que ainda vão reinando na maior parte da Europa, creio, que não haverá pessoa alguma que deixe de confessar os poderes da Educação física e moral dos filhos e que nós somos tudo pela criação e pouco ou nada pela natureza. Esta é a razão porque os maiores autores, como os Loks, os Rousseaus, os Balasexrds, os Fénelons, os Montaignes e outros grandes génios têm ocupado as suas sublimes penas em escreverem regras para a Educação. Têm cavado sobre os resortes e molas que fazem mover esta grande máquina do Homem sobre as forças morais da natureza e sobre o meio de ajudar e promover o bem e desarreigar o mal nas crianças. Esta é a razão porque os reis e os monarcas da Europa têm fundado tantos colégios e seminários para formar vassallos, porque se vão capacitando daquela áurea sentença de Horácio

Quid leges sine moribus  
Vano proficiunt?

Se os grandes crimes são hoje mais raros, se gozamos de mais suavidade e doçura na sociedade, se têm desaparecido muitos e antigos erros,

todos estes bens devemos à educação pública que cada dia se vai melhorando e aperfeiçoando mais.

Perdoai, meu querido amigo, esta pequena digressão que me escapou da pena quando ia tratar da Educação Portuguesa e vendo o lastimoso estado em que ela se acha.

Com efeito não há nesta nação livro algum ou escritor que tratasse ex professo desta matéria. O Estado pouco ou nada tem cuidado nela: unicamente no reinado passado formou o Marquês de Pombal dois colégios, o de Mafra e o dos Nobres; porém ambos com algumas incoerências e erros nos seus estatutos e regime.

Começando pela educação particular e falando genericamente do povo, eu não vi terra onde uma criança seja lisonjeada desde os seus primeiros dias. Aqui se vêem meninos que andam e falam já muito bem, que têm dois anos e mais e ainda mamam. Aqui desde pequenos vão começando a imprimir-lhes as mães, as amas, as criadas e os clérigos e os párocos as ideias de soberba, presunção e fanatismo que caracterizam esta nação. Acostumam-nos à glotonaria, pela lassidão em que põem as crianças de andarem a comer todo o dia: erro em que caem em Portugal desde os maiores Grandes até os mais humildes trabalhadores e artifices. Aqui fazem as crianças convulsionárias, defluxionárias, constipadas e reumáticas pela demasia com que as abrigam do frio num clima, o mais benigno da Europa, onde apenas se conhece o Inverno, onde apenas se sabe o que é neve, gelo e saraiva. Vi algumas crianças tão carregadas de roupa no Inverno que me pareciam uns pequenos lapões ou samozedas.

Nada se nega a uma criança que chora. Acostumam-nas à vingança e à raiva, dizendo-lhes as mães e as amas que lhes cusparam nas mãos para elas darem pancadas em quem as ofendeu e vingarem, assim, a sua pretendida ofensa. Desde os primeiros anos os vão acostumando a ter em pouco e a contar só na classe dos animais todas as nações herejes ou idólatras, como gente sem alma, ou cães, como eles se explicam.

Não quero falar-vos na miséria com que explicam e ensinam o cate-

cismo aos meninos e que baixas ideias dão a seus filhos da sua religião. A culpa vem do clero que é aqui muito ignorante como já vos disse.

Nos anos maiores poucas são as mães que façam aprender suas filhas a ler e escrever com perfeição, a bordar, debuxar, pintar, dançar, cantar, tocar alguns instrumentos e, enfim, que faça dela uma mulher estimável. A única ideia que lhes procuram imprimir a todo o custo é que fujam dos homens, como de uns animais temíveis e perversos. Assim conseguem o contrário do que pretendem, pois todas as portuguesas ficam capacitadas que um homem é uma fera a que se não pode resistir e, assim, pouco acostumadas a olhar para eles, debaixo deste ponto de vista, os têm como ao mesmo demónio e se algum se apresenta a atacá-las, facilmente cedem. Esta falta de educação faz que as senhoras portuguesas, que a natureza formou muito belas, se façam pela falta de arte e de conhecimentos, muito desagradáveis e inspidas para a sociedade. A Nobreza, principalmente a de Província, nada se interessa que seus filhos estudem, principalmente os Morgados, porque como são homens de bem e ricos, assentam que têm todos requisitos que fazem um homem estimável quando, pelo contrário, não há coisa mais ridícula e digna de compaixão do que são estes gentilhomens de Portugal falando ou escrevendo. Apenas aprende a ler e alguma pouca gramática aquele filho que destinam para a Igreja, que em fazendo os seus exames, e recebendo as Ordens e o benefício, nunca mais abre livro, nem cuida senão em cavalos, galgos, adornos, etc, e esta falta de educação naqueles que em Portugal se destinam para a Igreja, vêem descendo os filhos dos Grandes até os mais ínfimos da plebe. Por isso se vêem aqui tão miseráveis clérigos e frades.

Qualquer serralheiro que tem um filho logo aspira a ordená-lo, devendo-o aplicar aos foles. Não se lhe dá que tenha maus costumes, que seja jogador, que infame o sexo feminino, sem atenção ao Estado e qualidade da pessoa, que ande em contínuas desordens, talvez procedidas da má criação e do carácter de soberba que lhe imprime o mesmo pai, que fique repetidas vezes fora de casa, passando-as em lugares onde o induz a sua má índole e a sua libertinagem a praticar acções que por decência calo, etc. Nada disto importa, o honrado pai tudo consente, ou tudo disfarça e talvez, diz ele,



tudo sejam testemunhas que levantem a seu invejado e prudente. Por tudo lhe passa logo que chegue a ordenar-se, porque como sabe algum Latim e tem património, adquirido sabe Deus como, um empenho ao pároco da freguesia para lhe dar uma atestação jurada, in verbo sacerdotis, da sua boa conduta faz a festa. Grande Deus, quanto é infinita a vossa bondade!

Não só os que são nobres, mas ainda aqueles que o affectam ser, como Mr. Jurdon, no Bourgeois, Gentilhomen do nosso incomparável Molière, acostumam seus filhos a olhar todo o restante do povo, que não são seus iguais, como gente de pouca monta, canalha, do homem de bem que já não podem ter nada de estimável. Não se pergunta quem é um homem, que qualidades ou virtudes são as suas, mas quem são seus avós, se tem alguma mecânica, se é judeu, mulato ou de sangue infecto, frase muito galante que aqui ouvi usar neste reino.

Ao mesmo tempo que estes nobres de Portugal se servem da sua nobreza, não para imitar os seus passados, mas sim para fazer à sombra da sua qualidade quantas indignidades, extorsões podem escogitar, v.g. pedindo emprestadas enormes somas de dinheiro que nunca pagam, vexando os pobres, arruinando miseráveis donzelas, cuja reputação mancham e difamam, insultando as justiças, fazendo mortes e outras violências inauditas. Se lhe perguntardes a razão, responder-vos-ão que é porque são nobres e que a um homem de bem lhes é permitido muitas vezes obrar contra as leis que só se fizeram para os vilões ruins.

Ora vede, meu amigo, que galantes ideias das obrigações da nobreza têm estes pantalões de Portugal e quanta culpa se não deve lançar aos péssimos e perniciosos educadores, pais, mestres e aios que, ou fomentam, ou nada curam de arrancar-lhes dos tenros cérebros estas malditas máximas.

Outra preocupação que também vejo inveterada nestes senhores e senhoras nobres é que a ociosidade não está mal as pessoas ilustres. Por isso passam a vida estes nobres, as mulheres cheias de vapores e de histerismos, ocupando-se na intriga e na maledicência e os homens entregues ao jogo, à lascívia, ao vinho e glotonaria do que à maior parte se lhes seguem mil queixas graves e se lhes origina a morte.

Eis aqui tendes, meu querido amigo, em que estado está o gravíssimo ponto da Educação. Vede como poderá esta nação ombrear com as mais polidas da Europa, tendo ela tantos obstáculos, quantos são os erros e preocupações que bebem com o leite! Enquanto elas durarem ou durar o pouco ou nenhum cuidado que neste reino há em educar os filhos, bem podem assentar os Portugueses que hão-de dar motivo ao riso do homem sábio e do filósofo imparcial. Sou V<sup>o</sup>.

## Carta 18ª

### Mulheres

Eis-me chegado ao termo da minha carreira, meu amigo do coração. Creio que assaz vos tenho dado a conhecer Portugal nas minhas cartas e para completar o meu trabalho, acabarei dizendo-vos em particular alguma coisa das mulheres portuguesas. Bem sabeis quão grande parte de uma nação formam estas nossas primeiras mestras, companheiras e o mais belo adorno do Universo.

As Portuguesas são em geral muito belas e airozas. A sua cor nem é tão alva como a das mulheres do Norte, nem tão fusca como as espanholas meridionais. Quase todas são coradas e quase todas têm excelentes cabelos pretos. Os seus olhos são vivíssimos, bons dentes e excelentes vozes muito engraçadas. Nada deixou a Natureza para adornar estas formosas Europeias.

Porém, se da natureza foram também dotadas, da Arte e da Educação recebem muito pouco para adornar o que aquela começou. Parece isto Providência, pois se acaso as Portuguesas tivessem tanto cuidado em se enriquecer de prendas pela Arte e pelo estudo, quanto teve a natureza em as formar belas, seria Portugal um reino temível e não se poderia entrar nele sem se temer a sorte de Ulisses na Ilha de Calipso, ou de Rinaldo na de Armida. Seriam as águas dos rios de Portugal as do Lethes e os frutos deste delicioso país os Lothos de que falam os poetas que faziem esquecer a sua pátria a quem deles comia.

Com efeito, desde crianças acostumam aqui as meninas a olhar a formosura como o único merecimento e a desprezar as qualidades de espíri-

to e do coração que só podem fazer estimável qualquer ente. Assim crescem as formosas com uma arrogância e com um ar de império intolerável, não só para as suas companheiras, porém até mesmo para os homens que ordinariamente são propensos a desculpar os defeitos do belo sexo e aquelas que não receberam do céu este fatal presente de formosura caem numa estupidez e sensaboria em que vão passando os seus dias, pecudum more. Nem umas, nem outras se aplicam àquelas Artes e conhecimentos que estão bem numa mulher e assim rara será a Portuguesa que faça mais do que vegetar. Vivem como as plantas e como elas morrem.

Por esta razão é a sua sociedade muito pesada e de opressão para todos aqueles que não são seus amantes. Apenas as tirais do costumado entretenimento e conversação sobre as modas, enfeites e defeitos das suas conhecidas e amigas, pontualmente perdem o uso da fala. Podemos compará-las àqueles pequenos carrilhões que não têm mais que seis ou oito minuetes, ou cotilhões, tocados os quais acabou a música, ou é preciso tornar de novo ao princípio. Algumas vezes fui obrigado a sustentar conversação com algumas senhoras de grande qualidade e nunca em minha vida me vi mais embaraçado, nem dei maior uso aos lugares comuns que me ensinaram no colégio andando na Retórica.

É bem verdade que na Corte e em outras principais cidades e províncias de Portugal se acham muitas senhoras de todo o merecimento que se aplicam às Belas Artes, que sabem as línguas e que fazem muito amável a sua companhia. Porém estas ainda são muito raras, o mais vulgar são as que vos digo.

São também as Portuguesas muito fanáticas, visionárias e beatas. Apenas se celebra aqui Auto da Fé algum, em que a Inquisição não faça aparecer muitas destas embaidoras que enganaram os directores, as famílias e os povos e que desfrutaram amplamente os privilégios e liberdade de servas do Senhor. Disto julgo que tem a maior culpa os mesmos directores, frades e clérigos de miserável ignorância e a quem iludem com a maior facilidade.

O traje e adorno das portuguesas, assim como nos homens, é um misto de todas as outras nações. Não há no mundo nação mais imitadora

servil dos trajes das outras do que é a portuguesa. As mulheres deste reino, ora no traje são francesas, ora inglesas, ora castelhanas, ora italianas etc., ora enfim um misto e colecção de todas as nações da Europa. Basta que apareça em Portugal uma para que logo todas as portuguesas, sem saber se lhes está bem ou mal o adoptem e usem cegamente. E basta que uma senhora não apareça na assembleia, na comédia, no passio com traje favorito para logo ser pelas demais capitulada de ridícula e antiquária.

Sendo as portuguesas, como vos disse, tão faltas de luzes e conhecimentos, por força a sua amizade há-de ser pouco gostosa. No amor também são demasiadamente insípidas, tem nele somente parte os sentidos e nenhuma o espírito ou o coração. Amam furiosamente, porém sem a delicadeza das nossas patrícias e de outras senhoritas de outros reinos da Europa.

São também furiosas nos seus ciúmes e zelos. Esta é a razão por que, em Portugal, a maior parte dos casamentos são desgraçados, já que sendo aqui muito raro o divórcio e a separação, aquele esposo que leva para casa uma mulher ciosa, como são quase todas, leva também consigo para enquanto viver o abutre que no Averno fingem os poetas estar roendo as entranhas de Ficio que sempre lhe renascem, por mais que aquela carneira ave lhas roa e consuma.

Poucas preciosas e afectadas se vêem aqui neste reino, excepto aquelas que são criadas nos conventos de freiras que são os reservatórios onde neste reino se conserva o estilo alambicado e hiperbólico. Vi algumas senhoras que tinham sido criadas ou tinham estado recolhidas nestes conventos, as quais não tinham inveja, no estilo guindado e refinado à Madame Magdelon, e Cathos do nosso Molière.

Devemos confessar que a maior parte dos defeitos das mulheres portuguesas se deve imputar aos homens. Não falando agora nos pais e mães, ainda mesmo as estranhas são o maior obstáculo para elas saírem da sua ignorância e estupidez. Apenas uma mulher quer neste reino elevar-se acima das suas companheiras, aplicando-se às Artes e Ciências, quando logo se conspiram contra ela as vozes, não só das outras, porém mesmo dos

homens que a conhecem começam a proclamá-la ironicamente com o título de doutora e a dizer que é uma soberba, uma ociosa e que tempo que gasta sobre os livros melhor fora o gastasse na sua roca e no governo da sua casa. Aterradas as pobres portuguesas com estas mofas e irrisões, poucas se acham que tenham a constância de as desprezarem e de prosseguirem no seu caminho, alumiando a sua razão e enchendo de conhecimentos a sua ideia.

Isto nasce de baixa ideia que em Portugal se faz ainda do verdadeiro uso, afim das ciências e artes que olham como só próprias para os homens ganharem com a sua profissão a vida e não como o mais belo presente que a omnipotência deu aos homens para aperfeiçoar-nos a mesma obra da omnipotência, quero dizer o engenho humano, sejam homens ou mulheres, ricos, ou pobres, nobres, ou plebeus. Poer esta causa se não acham em Portugal Daciers, nem Chateletes.

Nem se acharam, se este costume dura, como diz o seu Camões. Sou Va.

## Carta 19ª

### Século de João V.

Conforme vos prometi no fim da Carta 14 e conforme eu tinha premeditado, apenas comecei estas cartas, vou traçar-vos um breve, mas verdadeiro quadro dos dois precedentes reinados de João V e José I. Direi alguma coisa do seu espírito e de como influíram na nação muita parte dos costumes, usos, vícios e preocupações que ainda hoje reinam. É isto um suplemento e uma iluminação que quero dar ao meu trabalho para que assim se possa fazer uma mais justa ideia do carácter e estado dos portugueses.

Mas quem sou eu e que forças são as minhas para desempenhar, ainda que de passagem, esta arriscada empresa? Tenho acaso a vivacidade de Voltaire e desabuso de Mehegon, a profundidade de Hume, a filosofia e política de Raynal para debuxar uma obra cheia de vários acontecimentos, revolta em sedição e cruel ainda mesmo na paz, como diz da sua História o grande Tácito? Começarei confessando a minha fraqueza e pequenas forças. Porém, ao mesmo tempo, direi de mim mesmo que o referido Tácito decidiu no mesmo lugar / Hist. Lib.vº/ Eu nem por benefício, nem por injúria conheci a Orto, a Galba e a Vitellio. Nem por benefício, nem por injúria me são conhecidos João V, nem José, nem os seus ministros. Observador imparcial direi o que vi, o que li e o que ouvia homens sábios e desabusados desta nação. E também, como o meu trabalho não é para defazer público, mas sim para vós no vosso gabinete lhe dardes a sentença de aprovação, ou condenação, por isso tanto mais afoito entro nestas arriscadas matérias.

A D. Pedro III sucedeu no ano de 1707 seu filho D. João V que morrendo no ano de 1760. Teve lugar no longo reinado de 43 anos de influir no seu povo muita parte do seu espírito.

Dizem uns dos portugueses que foi este um grande rei, um Tito, um Trajano. Outros pelo contrário dizem que foi um homem indigno de ceptro pelo mau que dele fez. Combinando o bem e o mal que dele ouvi, acho que foi este monarca uma daquelas almas que se acham muito vulgarmente no trono, cheio de boas e de más qualidades e a quem algumas circunstâncias exteriores fizeram parecer maior do que na verdade era. Assim como a lua nos seus dois pontos opostos de nascente e poente parece maior do que no zenith pela densidade dos vapores que se elevam da terra.

É certo que D. Pedro II cuidou muito pouco na educação do seu sucessor. Por isso ele nos seus anos primeiros de reinado misturou grandes vícios com algumas boas propensões que lhe dera a natureza.

Dizem os Portugueses que ele fora muito amigo da Igreja. Não o duvido. Porém assento que lhe teve um amor pouco ilustrado. Não acho que seja ser amigo da Igreja o carregá-la de um imenso número de frades e clérigos faltos de instrução, cuja abundância ele promoveu com a sua paixão pelas cerimónias eclesiásticas. No seu reinado era todo o Portugal um convento, não se viam mais do que clérigos e frades. Tal pai houve que por seguir o gosto favorito do rei e da corte, ordenou quantos filhos tinha *perfaznefasque* e meteu assim na Igreja quatro ou cinco forçados prosélitos. A muita abundância de eclesiásticos lhes fazia perder a veneração e estimação que lhes é devida.

Não acho que seja ser amigo da Igreja a sua criação da patriarcal de Lisboa para cujo sustento e luzimento, bem escusado, tirou dos bispados as terças partes do rendimento das Igrejas. Desta forma fez um enorme roubo aos pobres eclesiásticos das províncias que comem aqueles dízimos por um direito divino de antiquíssima e imemorial instituição.

Desta forma fez também um grave dano aos filhos segundos dos Grandes de Portugal, porque com a esperança de entrarem na patriarcal



para principais, monsenhores e cônegos desprezam as Letras e o estudo. Desta forma, o dinheiro que mais útil e justamente devia circular nos povos e nas províncias de Portugal vem unicamente servir ao luxo e à embriaguez de músicos e cantores italianos e portugueses, gente vil e de nenhum proveito.

Ouvi dizer a pessoas que alcançaram muito bem o reinado deste monarca que ele premiara algumas vezes a muitos dos seus mignons, pois semelhante ao nosso Henrique III, tinha bastantes que eram apontados pelo povo, com a data de benefícios e lugares maiores na patriarcal. Vede vós se isto é ser amigo da Igreja.

Não sei também se é ser muito amigo da Igreja profanar, como ele fez tantas vezes, as clausuras das religiosas, com impúdicos amores, dando um tão pernicioso exemplo aos grandes e ao povo que no seu reinado apenas se apontava freira que não tivesse amante ou cortesão que não tivesse freira. Passou este espírito de freiratismo a tal furor de moda que parecia uma falta de polícia e de criação o não ter freira um homem que se estimava. Como era o monarca quem autorizava estes sacrilégios, cometeram-se no seu tempo mil terríveis desordens.

Edificou o Real Convento de Mafra para pagar a Santo António o voto que lhe fizera se lhe alcançasse de Deus a graça de sucessão. Porém gastou neste chefe de obra de Architectura mais de trinta milhões, segundo dizem, podendo gastar só a terça parte e gastar as duas em abrir portos, fabricar molhes, comunicar rios por canais, abrir caminhos e calçadas seguras para o comércio do seu reino. Pois nada disto tem Portugal e tudo precisa. Se o nosso Luís XIV não efectuasse a maravilhosa e utilíssima obra do grande canal de languedoc, muito mais culpável seria nos milhões imensos que dizem passaram de duzentos que gastou no soberbo Versalhes. E contudo ainda o autor do ano de 2440 repreende tão asperamente esta inútil magnificência no 3º tomo daquela obra.

Com effeito, foi também imenso o dinheiro que gastou com clérigos, frades e igrejas. As minas de oiro que se tinham descoberto de novo na América, nos fins do reinado de seu pai lhe estavam mandando continua-

mente pela Foz do Tejo grossíssimos montões deste instrumento da felicidade dos povos, os quais aquele rei consumiu de tal forma que falecendo ele em 1750 e sobrevivendo em 1755 nos princípios do reinado de seu filho o memorável terramoto que arrasou Lisboa e, depois de 1760, a guerra em Espanha, para acudir a ambos estes sucessos foi preciso a José pedir dinheiro emprestado em Holanda e Inglaterra e vexar os povos com novos tributos.

Ah! meu querido amigo! Quanto me vejo aqui obrigado a excluir aos reis com as palavras de Horácio: monarcas, senhores dos povos, vós ainda não sabeis

Quid valeat numus, quos prabeat usus?

Até quando haveis de gastar e consumir a substância e força dos vossos Estados de que vós sois uns meros administradores e depositários em coisas que nada influem para o bem dos vossos Estados; em casa, em músicos, em dançarinas, em fábricas sumptuosas, mas nada precisas, em amontoar conventos e conventos, em derramar no seio de poucos e inúteis indivíduos aquelas riquezas que em altas vozes vos estão reclamando o miserável e oprimido lavrador, o artífice abatido, o Homem de Letras desprezado, o militar mal recompensado! Até quando há-de o despotismo sacudir sobre os vossos dourados tronos a sua facha infernal, origem da decadência da Humanidade? Se quereis que as vossas mamórias passem de geração em geração, não em mármore e bronzes perecedores, mas sim nos peitos e corações dos vossos vassallos, como a de um Tiro e um Trajano, um Marco Aurélio, um Alfredo, um Luís XII, um Henrique IV e um Dinis e João II e III de Portugal. Ah! recompensai aos povos com o mesmo suco e sangue que deles tirais. Fortalecei, aformoseai, fazei comunicável o vosso Estado. Deixai à posteridade obras que admire e de que se aproveite e só assim poderá a posteridade dar-vos os nomes de Grandes que em vossas vidas não provam nada do vosso merecimento, pois já o temor e a lisonja prostituiu este nome e o deu aos Neros, aos Domicianos, aos Atilas.

Perdoai, meu querido amigo, a longa digressão e escusada declamação a que me arrasou a pena, a força de génio que muitas vezes não posso

conter e que aqui não pode deixar de romper, à vista do abuso que João V faz das grandes riquezas com que o céu abençoou o seu reinado.

Nos últimos anos dele e já quando o ardor da mocidade se tinha extinto no seu peito, dizem que se arrependera dos seus antigos erros e que ajudado da sua grande mulher e excelente rainha D. Maria Ana da Áustria, filha do Imperador Leopoldo I<sup>o</sup>, princesa que reuniu em si todas as virtudes católicas, morais e políticas. Ajudado, digo, desta grande heroína, se aplicou ao bom governo dos seus vassallos e pronto despacho dos negócios.

Porém se o rei se emendou, no povo estava já sumamente arreigadas as preocupações que bebera do monarca para se emendar delas com facilidade. O fanatismo, a falsa devoção, o espírito de povoar conventos de homens e de mulheres, o luxo nos eclesiásticos e outros erros mais ficaram subsistindo depois da morte de João V e ainda duram e talvez duraram por largos anos.

Nada deveram as armas a este rei e muito pouco às Letras. Já vos disse o que fez em seu benefício quando tratei do estado delas em Portugal. Pouco promoveu o comércio e nada a Agricultura. Assim não sei com que razão os Portugueses o louvam e sobem às estrelas, como o maior rei que nunca tiveram. Acho na sua História muitos monarcas que com muito mais razão deviam obter os louvores que tem arrogado João V.

Acho que a causa disto é a longa tranquilidade que gozou o reino no seu governo. Nunca teve guerra alguma depois que celebrou paz com Castela pelo Tratado de Utrecht em 1715 aos oito anos do seu governo. Nunca vexou também o povo com tributos, pois lhe não eram precisos, rendendo-lhe as minas da América tão enorme quantidade de direitos.

Deste modo teve todas as qualidades que o povo requer para ser um grande rei. Teve a sua gente sossegada, deixou-lhe comer em paz os frutos das suas terras: isto lhes basta. Porém o filósofo, o amigo da Humanidade passa adiante e pergunta: Que bem fez ao seu povo? Que abusos corrigiu, que edificios úteis fundou, que ciências premiou, que virtudes coroou, que comércio nacional promoveu e aumentou. Enfim, que bem fez ao seu povo e que utilidade tiraram do seu reinado, não só os vassallos que o

conheceram, porém ainda os seus últimos netos. Se nada fez em que os utilizasse e se em nada mais empregou os seus dias que em espantar os seus povos com o falso brilhante de uma passageira pompa e magnificência, com que razão lhe havemos conceder os títulos de grande e de Magnânimo que só se devem àqueles reis que desempenham o suave nome de pais dos povos, como lhes chama Homero.

Passemos ao reinado seguinte e à última baliza do meu trabalho. Sou Vº.

## Carta 20ª

Século de José Iº e Ministério do Marquês de Pombal.

Morto João V em 1750 lhe sucedeu seu filho D. José Iº, pai da rainha reinante e o vigéssimo quinto na ordem dos reis de Portugal. Este monarca, nascido com um génio sumamente flexível, tímido, crédulo e preguiçoso, apenas montou o trono, temendo os encargos dele e o trabalho que dá cumprir as suas obrigações, descarregou todo o seu peso sobre os ombros de Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal, ministro tão famoso nos nossos dias e de quem mais que de João V se tem dito tanto bem e tanto mal.

Assim para ir coerente com a minha primeira ideia em contar-vos estes dois últimos reinados, deixaremos de parte o crédulo e timorato José que unicamente ocupou os seus dias em caçar os veados nas matas de Salvaterra e em ouvir novos músicos e fazer representar óperas e falaremos com a maior imparcialidade neste ministro tão nomeado.

Sebastião José de Carvalho nasceu em Soure em 1699, pequena vila do termo de Coimbra, e depois de ter corrido vária fortuna nas armas e nas Letras, começou a seguir a carreira ministerial, sendo nomeado enviado extraordinário à corte de Londres em 1739. Volta depois a Lisboa, é mandado a Viena d'Austria, onde casou segunda vez com a Condessa Daun, parenta do célebre marechal deste nome. Volta pouco depois a Lisboa, onde fica longo tempo sem emprego, por mais que o procurasse conseguir à força de lisonjas e de cuidados. João V tinha formado uma muito má ideia do seu carácter, aborrecia-o como um homem mau e de génio cruel e por mais diligências que fizeram Fr. Gaspar da Encarnação,

tio do duque de Aveiro, o padre João Baptista Carboni e o Marquês de Valença e outros validos daquele monarca a quem Pombal lisonjeava fortemente, nunca pode conseguir no seu reinado ser admitido o ministério.

Porém morrendo João V em 30 de Julho de 1750, achou Pombal a suspirada ocasião de entrar no ministério e ser nomeado Secretário de Estado dos Negócios do Reino por intermédio da rainha viúva que o protegia em atenção à condessa Daun, sua mulher, alemã como a rainha. Desde este ponto em 1750, até à sua demissão do Ministério em 1777, no longo espaço de 27 anos governou Pombal sempre despoticamente, crescendo cada dia mais em poder, em rendas, em títulos, em soberania. Deu o tom ao reinado de José, que só de monarca conservava o nome, influiu em grandes negócios da Europa, mudou todo o Portugal de baixo a cima, enfim fez uma notável revolução no seu país.

A brevidade que eu me propus nestas cartas e que logo ao princípio delas vos prometi não me consente seguir passo a passo todos os do Ministério de Pombal, nem também fazer-vos um quadro tão circumstanciado, como eu desejava dos seus caracteres. Porém farei por vos dar uma viva ideia do génio deste célebre ministro.

Sebastião não tinha nascido com grandes talentos. Não era um homem, como Richelieu, Ximenes, Alberoni, e outros famosos políticos da Europa. Circunstâncias favoráveis, pois não se pode negar que este homem foi um monstro de fortuna, o foram impelindo para o alto e o puseram enfim no cume do governo de Portugal. Teve a felicidade de achar um rei fraco, imbecil, ocioso e tímido, que aterrado por um terramoto e por uma conjuração de cujos sucessos se soube Pombal aproveitar muito bem, se entregou inteiramente nas mãos daquele ministro e não teve dúvida de sacrificar-lhe em tudo a sua vontade, a da sua família, a sua fazenda e a vida dos seus maiores amigos.

Não aspirou Pombal a fazer como Sully, com quem tantas vezes o compararam falsamente a felicidade do seu governo. Cuidou sim em fazer a própria fortuna à custa da ruína alheia, iludindo em tanto os pequenos espíritos com obras públicas, muitas delas inúteis, repetidas leis, decretos

e inovações e com vis panegistas pagos que anunciasses por toda a parte a felicidade de Portugal no seu ministério.

Porém entretanto gemia o povo carregado de enormes e novos tributos de que o carregou: gemiam os homens sábios e ilustrados da nação que o não lisonjeavam, a muitos dos quais perseguiu e arruinou, a outros fez abandonar a sua pátria e ao resto fez fazer no mais escuro abatimento. Gemia a Agricultura que nada favoreceu, antes vexou e oprimiu. Enfim, gemiam todas aquelas classes do Estado que não serviam para a sua pompa e luzimento.

Assim é que pôs a tropa portuguesa no estado em que hoje se acha de política, disciplina e luzimento. Favoreceu as artes e as ciências. Porém também se lhe nota que querendo ele pôr pelas províncias mestres públicos que ensinassem línguas, belas letras e Filosofia à mocidade, cujo ensino antes pertencia aos jesuítas, pusesse para isso tão enorme tributo ao vinho a que chamam subsídio literário, pelo qual cada pipa de vinho paga ao rei uma libra da nossa moeda 200. Podia muito bem Pombal evitar este enorme gravame para o povo, fazendo, como outros estados de Alemanha e de Itália, uma mesa que administrasse as grossas rendas dos extintos jesuítas e que deles se pagassem os mestres e professores públicos. Todos sabem que em nenhum país do universo tinha a Companhia de Jesus mais rendas e pensões do que em Portugal e nas suas Américas. Porém Pombal antes quis satisfazer ao seu génio ambicioso e repartir pelos seus amigos e parentes estes bens que não tinham sido tirados da coroa, mas sim do fundo público e da massa dos bens do povo em legados e deixas à sociedade do que dar a Portugal esta prova de um génio desinteressado e amigo do público.

Uma coisa devem os portugueses a Pombal e é ter ele subjugado e domado algum tanto o sumo orgulho com que neste reino viviam os grandes, tiranizando os povos e desprezando as justiças. Estas no seu ministério tiveram todo o vigor e toda a força punitiva.

Um dos meios de que usou Pombal para se fazer respeitado por um grande ministro foi em publicar durante o seu ministério uma prodigiosa quantidade de leis, decretos, alvarás, editais, etc, cuja colecção forma dois

ou três volumes in folio magno. Porém ainda que espantasse com isto o povo e a gente pouco instruída por isto mesmo se expôs ao riso e à mofa dos verdadeiros filósofos e jurisconsultos que se admiravam de ver um homem político que queria passar por um grande ministro estar aumentando a confusão da legislatura portuguesa que é pasmosa e o número de processos com leis pouco precisas, mal dirigidas e pior enunciadas e que, por isso, precisavam de mil declarações e explicações para a sua inteligência. E isto num século em que as nações mais ilustradas da Europa estavam resumindo e retomando as suas antigas leis, compondo novos e brevíssimos códigos, distados pela razão, pela justiça e pelo bom gosto. O corpo do Direito português antigo e Pombalense formava sineo grandes tomos in folio. Vede que tesouro para os rábulas e intrigantes e que fonte de lágrimas para o miserável povo. E vede também se é isto ser amigo do povo e da Humanidade e se Pombal merece com justiça o nome de grande ministro. Deve Portugal ao Marquês de Pombal ser ele o primeiro que começou a mostrar-lhe a luz da verdade em muitos pontos. Por ocasião da sua ruptura com a corte de Roma no Pontificado de Clemente XIII, começou a fazer escrever sobre o Direito dos Bispos e dos Reis que aqui eram uns meros escravos da corte de Roma. Fez conhecer aos metropolitanos de Portugal o seu poder e os limites da sua autoridade. Fez conhecer aos reis direitos que são seus pela natureza mesma da regalia e que pela ignorância do são e ilustrado Direito canónico andavam alheados nos Bispos e nos Papas.

Foi Pombal o primeiro que começou a diminuir e coartar a ilimitada autoridade e terrível poder que a Inquisição tinha nestes reinos. Ordenou que se não celebrasse Auto de Fé algum sem consentimento da corte e sem que as suas sentenças fossem aprovadas pelo rei, se não pudessem elas executar nos culpados. Esta lei honra a Humanidade, assim como também a que promulgou também a favor dos Judeus e Mouros que declarou hábeis para qualquer emprego do Estado, Lei de 25 de Maio de 1773. Do mesmo modo é digna de louvor a outra lei com que nobilitou aos comerciantes.



Por ocasião da expulsão dos Jesuítas pôs pelo reino professores que ensinassem a verdadeira Filosofia e retórica que aqueles religiosos ainda desconheciam em Portugal. Reformou a Universidade e deu nela novo pleno para o estudo das quatro Faculdades. Porém aqui se lhe nota que por força da sua educação, digo da sua criação, desse tanto tempo ao estudo do Direito Romano e tão pouco ao pátrio e nenhum ao estudo da Política e Economia de que não fundou cadeira alguma.

Porém, meu amigo, que é isto ou que são todos estes pequenos benefícios em comparação com a crueldade com que flagelou este Reino? Não podemos duvidar que Pombal era um homem de um péssimo interior. Queria ser temido e nada se lhe dava de ser amado. Oderint, dum metri-  
ant?, dizia, como aquele antigo Romano.

Povoou os cárceres e as masmorras de muitos milhares de miseráveis, vítimas da inveja ou da cobiça, no desumano e abominável Tribunal da Inconfidência. No seu Ministério nunca um homem estava seguro, se amanhecendo em sua casa iria passar a noite num escuro cárcere. Como Pombal governava tiranicamente, era muito desconfiado e como era vaidoso e arrogante em demasia, pensava que ninguém teria o atrevimento de o enganar nas suas delações. Que miséria! Por esta causa padeceram inumeráveis inocentes, dos quais uns acabaram a vida naquelas lúgubres cavernas e outros saíram à luz do dia, quando ele foi mandado sair da corte a dar um vivo testemunho da sua cruel e desumana natureza. Bastava só a suspeita de que um homem era amigo dos Jesuítas ou lia os seus livros para logo estar imerso no seu ódio e ir acabar os seus dias, ou desterrado nas charnecas da África, ou sepultado, nas prisões das Torres de Lisboa.

Causa admiração de que ao mesmo tempo que Pombal estava diminuindo e enfraquecendo a prepotência da Inquisição, estivesse por outra parte dando forças e vigor a outra Inquisição civil muito mais terrível e abominável, quero dizer, a Inconfidência. Poderemos talvez achar a causa disto no gênio tirânico e despotismo de Pombal. Como o sistema do seu governo era um mero despotismo, queria que os mais tribunais despóticos lhe fossem subordinados e que não houvesse pessoa alguma tão atrevida

que ousasse falar no seu governo. Para isto publicou uma lei, pela qual declarava réus de lesa majestade, para que como tais fossem castigados todos aqueles que ousassem falar no Ministério, ou no Ministro. Pombal, semelhante ao engraçado herói de Cervantes que a cada passo se figurava na sua exaltada imaginação, aventuras que de moinhos fazia gigantes e de estalagens castelos roqueiros, a cada passo se figurava conjurações e cabalas. As sombras lhe pareciam realidades e as aparências certezas. Tanto pior era esta sua Inquisição Civil que a Eclesiástica que nesta são os culpados arguidos e mandados defender. Porém na Inconfidência, preso que fosse um miserável por sua ordem não podia dar mais descargos, nem formar esperanças algumas. Apenas preso, era logo lançado no fundo de uma torre, onde lhe ferrolhavam eternamente a boca para as queixas ou para a defesa.

O resto do povo era vexado cruelmente pela exação com que fazia cobrar os tributos novos de que ele carregou o miserável reino. Era vexado o comércio pela erecção de muitas Companhias, como a dos Vinhos do Porto, a do Pará e Maranhão e outras que coartavam a indústria nacional. Era vexado o corpo dos sábios da nação, dos quais perseguiu, prendeu ou fez fugir do reino todos aqueles que ousavam falar ou pensar contra as suas máximas. Somente os seus amigos e protegidos que cometiam à sua sombra milhares de injustiças as cometiam sossegados.

Na mesma reedificação de Lisboa de que muitos lhe querem formar o seu maior elogio cometeu Pombal imensas tiranias e abusos. Tudo quanto ele fazia era marcado pela opressão e injustiça.

Muitos dos seus apaixonados lhe querem também atribuir a glória de ter sido quem moveu e completou a grande obra de extinção dos Jesuítas. Porém isto é um erro grosseiro: além de que este successo estava preparado pelas injustiças dos mesmos Jesuítas e clamores dos Povos, Bispos, Reis e Universidades desde os primeiros anos da sua fundação. É também certo que este acertado golpe de justiça e de política se deve todo ao grande, imortal e incomparável Clemente IV, cujo espírito tão ilustrado e imparcial mandou Deus à sua cadeira para fazer caçar as queixas dos reis e dos povos, tirando do meio da Igreja esta pedra de escândalo do povo católi-

co. Estou muito bem certo que se a Clemente XIII se seguisse outro Pontífice que tivesse outro génio como o seu tão tenaz e preocupado, não digo eu as diligências de Pombal, mas as de todas as Cortes e pessoas que pediam a extinção dos Jesuítas, seriam baldadas e frustradas. Devemos logo concluir que é uma injustiça atribuir só a Pombal este grande successo, ao mesmo tempo que para ele trabalharam todas as Cortes da Europa e que ele é todo devido ao imortal Pontífice que tão maduramente o examinou, pesou e executou.

Em consequência de tudo quanto vos tenho dito de Pombal e do mais que vós podereis observar nos escritos políticos deste século, parece-me que assentareis comigo ter sido ele um homem muito menor do que o querem fazer os seus apaixonados. Teve grandes vícios, nenhuma virtudes e pequenos talentos. Não nos restam dele escritos alguns, como de Ossar, Richelieu, e Sully, por onde possamos avaliar as suas luzes e extensão do seu espírito.

Foi um homem tirânico que toda a sua vida trabalhou em arrogar à Coroa todos os direitos, privilégios e poderes, em oprimir os Grandes e o povo, em fazer terrível o seu poder e aumentar as suas riquezas. Que pelo espírito de desabuso e boa crítica, que queria mostrar em matérias eclesiásticas, espalhou no Reino insensivelmente o espírito de irreligião e libertinagem que excedeu as de fanatismo do século de João V e que hoje subsistem. Que engrossou os tesouros do rei, mas que esgotou as forças do povo, que reformou as Letras, mas que perseguiu os sábios. Que aumentou o poder real, mas que tiranizou e prendeu a vontade do rei. Enfim, que teve uma grandeza toda exterior e aparente e nada intrínseca e verdadeira. Sem religião, sem humanidade, sem talentos, achou a arte de iludir e espantar um rei de pequenas luzes e um povo o menos instruído e mais preocupado da Europa.

Eis aqui, meu caro amigo, o conceito que eu faço do famoso Marquês de Pombal. Poderei enganar-me. Porém como não falo guiado pela paixão ou pelo interesse, tenho menos estes dois inimigos contra mim. Para escrever esta carta, pesei, examinei maduramente tudo quanto li e ouvi em França, em Portugal e nos mais reinos em que tenho viajado. Sou V<sup>o</sup>.

## Conclusão desta pequena obra

Tenho acabado, meu querido amigo, a descrição que tanto me recomendaste e em que eu, por vos dar gosto, e lisonjear a vossa paixão empreguei todas as minhas forças e cuidados. Creio ter nas minhas cartas desempenhado os três requisitos de brevidade, imparcialidade e clareza que me propus observar e que vos anunciei logo na carta 1<sup>a</sup>.

Poderia ter feito uma obra mais digna dos vossos olhos e da vossa aprovação, se eu tivesse aquele nervo, energia e graça de escrever que caracterizam os famosos críticos e filósofos ingleses. Porém eu fiz o que pude, nem pude mais. Como sois vós só para quem eu escrevo, a perspicácia das vossas Luzes e a agudeza da vossa crítica suprirá a fraqueza e curto das minhas reflexões.

Torno a repetir o que já vos disse na carta primeira: como vós não sois português, não temo ofender-vos, nem intento lisonjear-vos. Expliquei a verdade pura e sem reбуço, onde quer que a achei. Nunca deixei de louvar o bom, nem de culpar o mau que há nesta nação.

Sei muito bem que semelhante obra, sendo das mais úteis, me concitaria a raiva e o ódio dos portugueses, se eles me conhecessem por seu autor. Porém eu não temo isto, pois sei que vós haveis de sepultar no fundo do vosso gabinete uma relação que unicamente foi empreendida e executada para vosso divertimento e particular instrução.

Contudo, se por algum acidente, que eu não posso prever, viessem estas cartas a manifestar-se e a chegarem a notícia e conhecimento dos portugueses, se eles escandalizados da minha liberdade a culpassem e me quisessem formar processo sobre as verdades de que vão cheias todas as páginas da minha obra, eu lhes responderia em termos claros.

Portugueses, que furor, que raiva vos instiga contra mim? Porque declamais contra um estrangeiro que unicamente intentou retratar-vos ao seu amigo? Olhai que fazeis uma injúria à verdade e à justiça tomando como uma oferta o que não é mais do que uma particular conversação.

Porém, eu quero conceder que eu era português e que escrevia as minhas cartas para se divulgarem, com que motivo podíeis vós culpar a minha empresa? Com o mesmo com que se devia proibir aos missionários e pregadores evangélicos que nos púlpitos não declamassem contra os vícios. Com o mesmo com que devia anular-se aquela sagrada lei da amizade que nos obriga a expor-nos benignamente ao nosso amigo os seus defeitos, para que deles se emende. Com o mesmo com que se devia defender e vedar aos críticos e filósofos que não expussem à vista de todos as manchas e os erros que a desfeavam e ainda hoje desfeiam e conhecimentos divinos e humanos.

Se não quereis ver nunca a verdade, então empedrai e e tapai cuidadosamente a boca desse povo em que Demócrito dizia que ela estava sepultada, quero dizer, proibi que no nosso reino se leia, nem se escreva. Formai um tribunal que unicamente se ocupe em indagar, descobrir e castigar com a morte, ou com a prisão perpétua todos aquelas homens que pensam diversamente do povo vil e preocupado.

Acaso assentais que só vós sois os povos privilegiados do Universo, os únicos em que não há defeitos, os únicos que abraçam todas as perfeições? Se assentais nisto sinceramente sois loucos, se o fingis crer e o affectais exteriormente sois maus e fingidos.

Porém de que me serve estar falando ao povo, a um congregado e ajuntamento de todos os vícios e preocupações! Vós, almas sublimes, vós espíritos ilustrados pela luz da Razão e das Ciências, vós dareis um sorriso de aprovação ao meu trabalho. Vós bem sabeis que segundo Séneca, De Constant. Sapient. Cap. 4º, assim como os astros têm na sua carreira uma revolução oposta à das outras partes que compõem este vasto Universo, assim também o sábio caminha contra as opiniões vulgares e segue uma rota contrária à multidão.

Esta é a razão por que Sócrates foi morto com veneno e porque depois da sua morte lhe quiseram levantar estátuas. Porque Galileu esteve quase passando por um fogo bárbaro e jazeu tantos anos nos escuros cárceres de Roma, porque Descartes foi acusado de ateísmo e depois citado como o mais ilustre defensor da existência de Deus.

Não há sentença mais verdadeira do que aquela Veritas odium parit. Porém isto é no povo e nas almas vulgares. Vós sábios portugueses que em lugar de aborrecer a verdade e de fechar os olhos à luz, procurais a luz e amais e idolatrais a verdade, talvez me achareis ainda diminuto e falto no pouco que disse da vossa nação. Achareis que fiz uma obra útil, ou ao menos que abri caminho para que outros a desempenhassem, mostrando a Portugal os seus defeitos para que deles se emende. Aceitai-me pois a boa vontade e perdoai os erros que nestas cartas notardes, pois bem conheço que por força os há-de haver nelas e amiudados.

E vós, meu querido amigo, tende saúde, aceitai alegremente o meu tal trabalho e crede que enquanto viver farei a minha maior glória de merecer o nome de

Vosso verdadeiro amigo

O Cavaleiro de M....

*Nunquam volui populo placere; namquo ego scio non probat populus et qua probat populus, ego nescio.*

*Sêneca Epist.29.*



## INDEX DESTA OBRA

Prefácio .....	III
----------------	-----

### Index destas Cartas

1ª Carta .....	19
2ª Situação e produções de Portugal .....	21
3º Carácter dos Portugueses .....	24
4ª Religião dos Portugueses.....	28
5ª Clero de Portugal secular e regular .....	32
6ª Língua Portuguesa, seu carácter .....	36
7ª Autores .....	40
8ª Ciências, Universidade e Colégios .....	43
9ª Belas Letras .....	46
10ª Música, Pintura, Escultura, etc .....	50
11ª Agricultura .....	53
12ª Fábricas .....	56
13ª Comércio .....	59
14ª Armas, Fortificações .....	61
15ª Grandes .....	65
16ª Divertimentos .....	69
17ª Educação .....	73
18ª Mulheres.....	78
19ª Século de João V.....	82
20ª Século de José I e Ministério do Marquês de Pombal .....	88
Conclusão desta obra .....	95



